

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

AMANDA BARBOSA LEMOS
AMANDA VITÓRIA REIS MIRANDA DOS ANJOS E SOUZA
MARIA ALICE CAMARGO DA SILVA
MARLON DA SILVA REZENDE

**ESTUPRO DE VULNERAVEL:
A visão das Assistentes Sociais da Maternidade Mariana Bulhões**

DUQUE DE CAXIAS – RJ
2018

AMANDA BARBOSA LEMOS
AMANDA VITÓRIA REIS MIRANDA DOS ANJOS E SOUZA
MARIA ALICE CAMARGO DA SILVA
MARLON DA SILVA REZENDE

**ESTUPRO DE VULNERAVEL:
A visão das Assistentes Sociais da Maternidade Mariana Bulhões**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio *Prof. José de Souza Herdy*, como parte dos requisitos Parciais para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social. Orientador(a): Erica Silva de Oliveira.

DUQUE DE CAXIAS – RJ

2018

AMANDA BARBOSA LEMOS
AMANDA VITÓRIA REIS MIRANDA DOS ANJOS E SOUZA
MARIA ALICE CAMARGO DA SILVA
MARLON DA SILVA REZENDE

**ESTUPRO DE VULNERAVEL:
A visão das Assistentes Sociais da Maternidade Mariana Bulhões**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio *Prof. José de Souza Herdy*, como parte dos requisitos Parciais para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau _____ () em ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof.
Universidade do Grande Rio

Prof.
Universidade do Grande Rio

Profa.
Universidade do Grande Rio

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por me sustentar em toda essa trajetória. Dedico o meu projeto também a minha família que nos meus piores momentos estiveram ao meu lado me apoiando incondicionalmente e também ao meu noivo, o qual me apoiou, orientou, acalmou em todo o tempo e pôr fim, mas não menos importante a orientadora e professora Erica Silva de Oliveira, a qual nos orientou extremamente bem, foi nossa companheira nesta jornada árdua, suas orientações e conselhos foram de grande valor tanto pra vida acadêmica quanto para a profissional. A todos vocês o meu MUITO OBRIGADA!

AMANDA VITÓRIA REIS MIRANDA DOS ANJOS E SOUZA

Agradeço a todos que me apoiaram nesta grande luta que foi a graduação em Serviço Social, em especial a Padre Lucio, que sem o seu apoio não teria conseguido, a toda a Igreja Católica Apostólica, em especial aos formadores do seminário diocesano de Duque de Caxias. Agradeço toda minha família e amigos, pelas ajudas e apoio. Agradeço aos amigos que fez na Universidade e professores da Unigranrio, que tanto me orientaram.

MARLON DA SILVA REZENDE

Agradeço primeiramente aos meus avós Nilson e Maria por estarem comigo desde que me entendo por gente e ter feito o excelente papel de pai e mãe. Através de vocês me tornei a mulher que sou hoje em dia, e sem vocês não sei onde estaria! Obrigada por tudo e desculpa pelas brigas e desentendimentos, faz parte da vida, mas espero que apesar de tudo, no fundo do meu coração, que vocês continuem me amando e vendo o quanto amo vocês! Agradeço a vocês por me criarem, lutarem pela minha guarda e mostrar que o amor vence qualquer batalha sempre.

Agradeço aos meus tios Cristiane e Rodrigo por ter me ajudado financeiramente no meu processo de aprendizagem, e por ter me acolhido tão bem desde pequena em sua casa. Agradeço pelos conselhos e pelas brigas também (me fizeram crescer e ver o quanto estava errada, na maioria das vezes). Obrigada pelas contribuições no meu crescimento e agora no trabalho, vocês são um grande exemplo para a minha vida, e saibam que podem contar comigo para o que precisarem, obrigada por tudo!

Agradeço essa finalização da primeira etapa na Universidade, aos amigos que tive o prazer de conhecer, aos profissionais que tive a oportunidade de conhecer e levarei para sempre no meu coração.

Agradeço a Prof^a Erica Silva de Oliveira por abraçar tão bem esse trabalho monográfico e ter se dedicado junto conosco nessa produção. Obrigada por todos os conselhos, todas as orientações, todas as conversas sérias e descontraídas. Obrigada por todo seu esforço e exemplo de profissional dedicado, fiel as suas responsabilidades e diferenciado de muitos neste mercado de trabalho. Profissional como a senhora é raro de ser achado, e tê-la como orientadora foi à honra mais que gratificante! Obrigada mil vezes!

Agradeço aos meus companheiros do grupo pelo apoio, pelas discussões, pelos dias sem conversar, mas que apesar de tudo conseguimos finalizar o trabalho em equipe, unidos e com o dever cumprido dessa nossa mais nova fase da vida beirando a carreira profissional. Vou levar vocês comigo para a vida toda e contem comigo sempre que precisarem! Amo vocês!

Para finalizar, um AGRADECIMENTO ESPECIAL a todas as pessoas que diziam que não seria ninguém nessa vida, que iria dar trabalho para a minha família e prejuízo! Muito obrigada a vocês que falaram isso tudo de mim, a todos vocês dedico a minha MONOGRAFIA!

AMANDA BARBOSA LEMOS

Agradeço, primeiramente a Deus por ter me proporcionado a concluir mais uma fase na minha vida, que não me permitiu desistir nas dificuldades, durante esses quatro anos de graduação.

Agradeço aos meus pais Graça Maria e Arnóbio, que sempre estiveram ao meu lado, sendo meus maiores incentivadores, e deram força todos os dias, proporcionaram educação de qualidade, com todos os seus esforços.

Agradeço ao meu noivo Marcos Máximo que soube me entender em todos os momentos, e torceu por mim.

Agradeço a todos os mestres do curso de Serviço Social que trocaram conhecimento, nos formando profissionais críticos acerca da profissão. Obrigada especialmente para os professores Erica Silva e Diego Rivas que foram meus orientadores, auxiliando na construção deste trabalho de conclusão de curso de Serviço Social.

Sou grata a Maternidade Mariana Bulhões, que me deu a oportunidade de conhecer a prática, por meio do estágio supervisionado, obrigada a minha supervisora de campo Tatiane Dutra por me ensinar a prática de toda teoria que aprendi na Universidade do Grande Rio. E obrigada aos meus colegas de classe e companheiros deste trabalhado de pesquisa por fazerem parte da minha vida e terem dividido esses anos comigo.

MARIA ALICE CAMARGO DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho monográfico apresenta uma reflexão acerca da visão das assistentes sociais da Maternidade Mariana Bulhões referente ao do estupro de vulnerável. A proposta está direcionada em refletir sobre o trabalho do Serviço Social frente os desafios postos para o enfrentamento desta que se configura como uma das refrações da “questão social”, como a articulação com a rede de serviços tem se mostrando uma estratégia eficaz no atendimento das vítimas de violência sexual, podendo ser tanto criança ou adolescente, assim como, atendimento para a família. Acreditamos na idéia que a violência sexual atinge um público diversificado, no entanto, o nosso projeto se baseia na violência sexual como do estupro de vulnerável, com o intuito de compreender essa dinâmica em sua essência na sociedade atual. A partir da metodologia com toda a descrição do objeto de estudo (espaço de pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) e também nas técnicas que estão sendo utilizadas, notamos que as práticas contra crianças e adolescentes atualmente vem ocorrendo com maior frequência e atinge todas as classes sociais, raças e etnias. Existe uma preocupação que a violência sexual contra crianças e adolescente exista com mais frequência do que se tem em dados estatísticos, e isso se deve por conta do silêncio das vítimas, que muita das vezes é gerada por causa do medo do agressor ou pela vergonha da família.

Palavra-chave: Questão Social; Violência Sexual; Serviço Social; Violência.

ABSTRACT

The present monographic work presents a reflection on the view of the social workers of the Maternity Mariana Bulhões regarding the rape of vulnerable. The proposal is aimed at reflecting on the work of the Social Service in the face of the challenges posed to confront it, which is one of the refractions of the "social question", as the articulation with the service network has shown to be an effective strategy in the victims of sexual violence, being either child or adolescent, as well as, care for the family. We believe in the idea that sexual violence affects a diverse public, however, our project is based on sexual violence as the rape of vulnerable, with the intention of understanding this dynamic in its essence in today's society. From the methodology with all the description of the object of study (research space, selection of the research group, establishment of sampling criteria and construction of strategies for entry into the field) and also in the techniques being used, we note that the practices against children and adolescents is now occurring more frequently and reaches all social classes, races and ethnicities. There is a concern that sexual violence against children and adolescents exists more frequently than it has in statistical data, and this is due to the silence of the victims, which is often generated because of the fear of the aggressor or the shame of the victim. family.

Keyword: Social Issues; Sexual Violence; Social Service; Violence.

LISTA DE SIGLAS

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

CGPP – Casa de Gestante, Bebê e Puerpéra

DEAMs - Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NOB - Norma Operacional Básica

OMS – Organização Mundial da Saúde

SOS – Código de socorro ou alerta, não a significado para cada letra

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio

SINAN - Sistema de Informações de Agravantes de Notificações

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UTI – Unidade de Terapia Intensiva CGPP – Casa de Gestante, Bebê e Puerpéra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I – O PROBLEMA.....	14
1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
1.3 OBJETIVO GERAL	18
1.3.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS	18
CAPITULO II – REVISÃO DE LITERATURA	20
2. A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL	20
2.1 A FIGURA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
2.2 O CONCEITO DE VIOLÊNCIA	34
2.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	38
2.4 A VIOLÊNCIA SEXUAL E O ESTUPRO DE VULNÉRVEL	41
2.5 REDES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM VIOLÊNCIA.....	42
2.6 SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE E SUA ATUAÇÃO NA REDE DE SAÚDE	44
2.7 CAMPO EMPÍRICO: UM OLHAR ACERCA DA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES.....	49
CAPITULO III – A PESQUISA DE CAMPO	52
3. METODOLOGIA	52
3.1 MÉTODO	52
3.2 TIPO DE PESQUISA: EXPLORATÓRIA/BIBLIOGRÁFICA	53
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA	54
3.4 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO	54
3.5 ANÁLISE DE DADOS	57
CONSIDERAÇÃO FINAL	64
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	66
A.1 APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA	70
ANEXO 4: MODELO TCLE.....	71

INTRODUÇÃO

A presente monografia objetivou apresentar um debate sobre violência sexual o que ocorre com adolescentes menores de 14 anos, com pessoas enfermas ou que tenham problema de saúde mental, como traz no art. 207-A do Código Penal, sendo visto assim como um estupro de vulnerável. Neste trabalho monográfico, trabalhamos com a problemática de compreender acerca de quais os fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no Município de Nova Iguaçu, para o melhor entendimento da pesquisa. Para tanto, a monografia foi organizada em três capítulos.

No capítulo I apresentamos o problema de pesquisa que surgiu através da inserção de alguns autores desse estudo na Maternidade Mariana Bulhões, tendo assim a aproximação com a temática, sendo a sua principal referência e base a lei nº 12.015, de 7 de Agosto de 2009 no seu art. 217-A (estupro de vulnerável), ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos; Abordamos a relevância do estudo e sua importância para o campo acadêmico, trazendo uma discussão e construção no campo empírico, tendo o Serviço Social como o interlocutor entre o campo de estágio e o campo acadêmico, sendo assim, o ampliamiento do conhecimento da equipe técnica sobre a temática (pouco discutida e primeira do campo empírico), obtendo dados mais precisos sobre os casos de estupro de vulnerável; Trazemos a proposta para a elaboração do trabalho no objetivo geral e específico para a melhor compreensão a orientação das assistentes sociais no campo empírico em relação aos dados.

No Capítulo II trazemos a discussão da categoria questão social, pois o estupro de vulnerável se configura como uma expressão da “questão social”; a figura da mulher na sociedade brasileira, em razão de entender o espaço que as mulheres possuem socialmente; O conceito de violência, uma vez que para falar sobre o estupro se faz necessário entender a violência em sua totalidade; O estupro de vulnerável, dado que esse estudo trouxe a todo o momento acerca do estupro, e ele está dentro da violência sexual; Redes de atendimento a criança e adolescente em violência.

No capítulo III trazemos a metodologia e todo o envolvimento da pesquisa para a escolha do tema do trabalho; O método da teoria de Karl Marx (teoria social critica); O tipo da pesquisa sendo exploratória e bibliográfica, tendo como base os próprios autores, assim como os variados casos do tema de pesquisa; O universo e amostra onde discutimos sobre o nosso local empírico e o município; A análise de dados onde identificamos os fatores que levam essas crianças e

adolescentes a sofrerem o estupro de vulnerável e a intervenção do Serviço Social nos casos específicos depois da triagem.

CAPITULO I – O PROBLEMA

1.1.APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O problema de pesquisa surge após a inserção de alguns autores desse estudo na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no município de Nova Iguaçu para realização de estágio em Serviço Social, onde nos deparamos com alguns casos de estupro de vulnerável o que nos despertou alguns questionamentos e interesses em refletir acerca dessa temática. Esse tema, ainda tem sido pouco discutido no âmbito acadêmico, o que comprova também a necessidade de aprofundarmos esse debate e avançarmos em estudos e pesquisas sobre o assunto.

Segundo a Lei nº 12.015, de 7 de Agosto de 2009¹ no seu art. 217-A podemos caracterizar como estupro de vulnerável como o ato que ocorre com crianças e adolescentes menores de 14 anos, e também com pessoas que apresenta um quadro de saúde mental, independentemente da idade, e encontra-se vulnerável a um outro indivíduo.No caso do estupro de vulnerável não precisa ocorrer o ato completo da relação sexual, qualquer ato libidinoso² qualifica como tal.

Destacamos que o estupro não ocorre somente com a figura do sexo feminino, pelo contrário, também ocorre com o sexo masculino, porém como nosso campo empírico de pesquisa atinge apenas mulheres, por trata-se de uma maternidade, essa problemática será explorada tendo como base a sua manifestação na pessoa do sexo feminino.

O problema de pesquisa é aguçado logo após um atendimento realizado na Maternidade Mariana Bulhões durante um dia de estágio. Uma usuária de 12 anos de idade, após passar por um parto, esteve submetida a diversas negligências, como por exemplo, ser “obrigada” a sair do centro cirúrgico andando por ordem médica não ficando de repouso em um leito como é o recomendado.

A usuária ficou em uma poltrona e tal situação foi visualizada pela chefe da hotelaria que acionou o Serviço Social e a Psicologia. Em atendimento com esses profissionais, a adolescente relatou ter sido vítima de estupro por um membro da família, que após descoberta da gravidez desapareceu. A intervenção profissional se deu por meio de notificação ao Conselho Tutelar para

¹A Lei nº 12.015 de 7 De Agosto de 2009 vem para altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Modificando o capítulo I que trata dos Crimes Contra A Liberdade Sexual; capítulo II: Crimes Sexuais Contra Vulnerável; capítulo V: Do Lenocínio e do Trafico de Pessoa Para O Fim De Prostituição Ou Outra Forma de Exploração Sexual; capítulo VII: Disposições Gerais.

² Há decisões que entendem que ocorre o crime de estupro de vulnerável, mesmo sem ter violência real, sem ter contato físico com o agressor com a vítima e ainda que tenha anuência com a vítima, ou seja, beijo forçado com violência física, forças a criança ou o adolescente a tirar a roupa mesmo que apenas para contemplação lasciva, passar a mão em seu corpo, ou se deitar em cima com seu membro sexual aparente já configuram o crime, não é necessário que aja a penetração vaginal.

que o caso pudesse ser acompanhado. Neste momento, através deste caso, ocorreu o primeiro contato com um caso de estupro de vulnerável, e foi por meio dele que começamos a se aprofundar nesses casos, pois antes desconhecíamos do assunto.

A primeira consulta foi ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) para saber exatamente até que idade se é considerado criança. Após procurarmos relatos no campo empírico para saber sobre outros casos sobre estupro de vulnerável. Segundo a Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009, que compõe o Código Penal Brasileiro, temos:

Estupro de vulnerável

Art. 217 A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º incorre na mesma pena quem pratica as ações escritas no caput com alguém que, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, o que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.”

“Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente” (BRASIL, Lei Nº 12.015 De 7 De Agosto de 2009)

Na lei citada à cima, podemos perceber que o ato libidinoso com menores de 14 anos se caracteriza como estupro de vulnerável, podendo ocorrer lesão corporal ou levar a morte do mesmo. A pena para quem pratica o estupro de vulnerável pode variar de 10 a 20 anos de reclusão por causar lesão corporal e de 12 a 30 anos de reclusão para quem leva a vítima a óbito.

O estupro de vulnerável assim como, pedofilia, estupro, assédio sexual e exploração sexual são tipos de violência sexual. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS); (LEIAMAISBA, 2012, p.1). Podemos perceber que a violência sexual se caracteriza por tentativa ou ato sexual que não foi desejado pela vítima, podendo ser utilizado pelo estuprador ameaças, força física ou repressão.

Qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejada, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando repressão, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima, qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho.

Existe uma variedade de outras violências, tais como:

- Pedofilia: É uma forma doentia de satisfação sexual. Trata-se de uma perversão, um desvio sexual, que leva um indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças, independente do sexo, mas geralmente pré-púberes (pré-puberdade) ou no início da puberdade.

- Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
- Assédio Sexual: É todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.
- Exploração Sexual: É um termo empregado para nomear práticas sexuais pelas quais o indivíduo obtém lucros. Ocorre principalmente como consequência da pobreza e violência doméstica, que faz jovens, crianças e adolescentes fugirem de seus lares e se refugiarem em locais que os exploram em troca de moradia. Acontecem em redes de prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual.

O estupro de vulnerável é quando o ato ocorre com crianças e adolescentes menores de 14 anos ou com pessoas com problemas de saúde mental e que se encontram em situação de fragilidade ou perigo a outros indivíduos. (LEIAMAISBA, 2012, p.1)

De acordo com o canal de denuncia Disque 100³, no ano de 2017, foram efetuadas 84.049 denúncias de violações contra crianças e adolescente. Em sua maioria envolvendo crianças entre 4 e 7 anos, sendo que 45% dos casos ocorre em âmbito familiar, aonde a violência sexual consiste em 20.330 casos denunciados ao canal. Salientamos a necessidade de publicitação dos casos de denuncia vinculado ao estupro de vulnerável, pois nos deparamos com uma carência de informações no que tange seus dados.

Tendo em vista que a Maternidade Mariana Bulhões é campo empírico da nossa pesquisa, faz-se necessário conhecer de forma mais aprofundada esse espaço sócio institucional. O resgate histórico deste espaço foi realizado após consulta ao documento institucional Plano de Estágio em Serviço Social elaborado no ano de 2017.

A Maternidade Municipal Mariana Bulhões foi inaugurada no ano de 2002. Entretanto sua história se entrelaça com a história do Hospital Geral de Nova Iguaçu, uma vez que esteve ligada a ele por muitos anos, funcionando como Centro de Referência Parteira Mariana Bulhões (CRMB). A Maternidade recebeu este nome com a finalidade de homenagear a Parteira Mariana Bulhões, falecida em 1985, aos 85 anos. Considerada como uma das maiores parteiras da Baixada Fluminense e estima-se que mais de 20 mil crianças tenham nascido com sua ajuda.

³Disque Direitos Humanos – Disque 100 é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Lançado em 2003, é vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que recebe demandas relativas a violações de Direitos Humanos.

No ano de 2013 a Maternidade foi fechada em razão da precariedade de suas instalações, como por exemplo, infiltrações e equipamentos sucateados. Neste ínterim os atendimentos a gestantes e crianças da UTI neonatal ocorrerá somente nas instalações do Hospital Geral de Nova Iguaçu. Na data de 1º de dezembro de 2013 a Maternidade Mariana Bulhões é reaberta com grandes melhorias em suas instalações e com ampliação dos leitos. Agora ela passa a ter administração própria, desvinculada do Hospital Geral de Nova Iguaçu, e todos os partos e internações de gestantes, puérperas e crianças de UTI neonatal ocorridos no Município de Nova Iguaçu passam a acontecer somente nesta Unidade.

Novamente, no ano de 2014, a Unidade passa por um novo processo de ampliação com a finalidade de melhorar suas condições de instalação e ampliação dos leitos. A obra que teve início no fim do ano de 2014 teve sua previsão de entrega modificada algumas vezes, contudo no meado deste ano de 2016 a obra foi concluída e inaugurada. Com essa nova obra de ampliação da Unidade o espaço teve a capacidade dobrada, ou seja, houve uma ampliação para 80 leitos maternos e 30 leitos de neonatal. Outro espaço que foi construído é a Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGPB), contudo este espaço ainda não tem previsão de inaugurar, haja vista ausência de recursos materiais e humanos.

A Maternidade Mariana Bulhões segue as políticas do Ministério da Saúde da Rede Cegonha. Do mesmo modo, desde 2004, a maternidade possui o título de Hospital Amigo da Criança e vem se renovando a cada ano. Este título é concedido pelo Ministério da Saúde, pelo Incentivo, Promoção e Proteção ao Aleitamento Materno e ao parto seguro.

A Unidade Materna Infantil realiza por volta de 400 partos por mês e acompanha gestantes vindas de diversos municípios da Baixada, estes sendo: Itaguaí, São João de Meriti Duque de Caxias, Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu. Grande parcela da população que utiliza os serviços da maternidade caracteriza-se pela ausência de vínculo empregatício, vínculo previdenciário e são subempregados.

Para tanto, a população usuária faz parte das camadas mais pobres da sociedade civil. Além disso, não diferente das estatísticas nacionais, a unidade atende ainda um relevante número de adolescentes gestantes que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social.

1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A importância do estudo para o campo acadêmico é fomentar uma discussão e construir mais conhecimentos acerca do tema de pesquisa, que ainda é pouco discutido, trazendo dados recentes, do campo empírico aonde duas das autoras desse trabalho atuam diretamente. Tendo em

vista a importância para a Instituição Maternidade Mariana Bulhões, essa pesquisa é importante, pois o Serviço Social estará iniciando um estudo acerca do tema, tendo em vista ampliar o conhecimento da equipe técnica sobre esse assunto, contribuindo com a Instituição para obter dados mais precisos sobre os casos de estupro de vulnerável, além de apresentar um trabalho de caráter técnico científico acadêmico sendo está o primeiro que trata do estupro de vulnerável, com isso possibilitando uma melhor resposta a essa demanda.

Enquanto para o usuário da Instituição este trabalho científico serviu para o mesmo conhecer e entender o que é o estupro de vulnerável, qual é a penalidade para quem pratica este ato com um menor, qual é a porcentagem destes casos no equipamento e qual é o trabalho prestado pelas Assistentes Sociais com estes usuários e suas famílias.

Para a sociedade a construção desta pesquisa tem a magnitude de trazer este conhecimento do que é o estupro de vulnerável, pois grande parte da população conhece apenas o conceito de estupro, assim o globalizando, mas desconhece o estupro de vulnerável, por ser um conceito atual.

No que tange a relevância pessoal, esse estudo irá proporcionar enriquecimento perante a nossa formação profissional, para atuar frente a estas demandas do dia-a-dia e para quando estivermos atuando combater essa sociedade patriarcal, machista, entendida como refrações da questão social.

Já para a instituição Maternidade Mariana Bulhões, essa pesquisa é importante, pois o Serviço Social estará iniciando um estudo acerca do tema, contribuindo com a instituição para obter dados mais precisos sobre os casos de estupro de vulnerável, além de apresentar um trabalho de caráter técnico científico acadêmico desse espaço é o primeiro que trata do estupro de vulnerável.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.3.1. OBJETIVO GERAL

➤ Analisar os fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana bulhões, localizada no Município de Nova Iguaçu.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender o conceito de violência para as Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões.
- Identificar os fatores que levam as crianças/adolescentes a sofrerem o estupro de vulnerável

na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões.

- Conhecer o processo de intervenção profissional das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões diante dos casos de estupro de vulnerável a crianças e adolescentes.
- Apreender como ocorre a articulação com a rede de serviços do município de Nova Iguaçu, nos casos de estupro de vulnerável com a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL

Compreendemos o estupro de vulnerável como uma das expressões da “questão social”, por esta razão se faz necessário o debate, sobre o que seria “questão social”, sua origem, desenvolvimento e incorporação feita pelos teóricos do Serviço Social (SANTOS, 2008). A “questão social”, como categoria, a partir do pensamento conservador, tem sua origem na Europa na passagem do século XIX ao século XX, quando a pauperismo chega a níveis inéditos, fazendo a classe que vive do trabalho, reivindicar direitos e seu reconhecimento como classe pela burguesia e Estado (SANTOS, 2008), principalmente, após Comuna de Paris⁴.

Com isso, a burguesia reconhece as condições de miséria extrema e o pauperismo que provocou inúmeras das reivindicações e revoluções do proletariado, evidenciando o risco iminente da ordem do capital, tratando essa situação vista como “problemas sociais”, culpabilizando a classe que vive do trabalho, e este mesmo trabalho as apresentando como uma mercadoria, pelo seu estado social de pobreza. Como Netto (2001, p. 42-43 & 46) explica e traís em seu artigo, em que o mesmo diz:

[...] se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha muito de longe a polarização entre os ricos e os pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. [...] Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação da escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite, da sua supressão. [...] A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa) o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, [...] suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, construída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas. [...] Na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez

⁴ A insurreição proletária de 18 de março de 1871 – a Comuna de Paris – praticamente fecha um ciclo do movimento trabalhista europeu, quando a consciência política dos trabalhadores ainda estava constituindo-se [...] Naquele movimento insurrecional realizado em Paris, o proletariado, contando com a liderança e apoio da Guarda Nacional – corporação civil voluntária, com livre porte de armas -, conseguiu tomar o poder, mantendo o controle político durante cerca de dois meses, através do primeiro governo proletário da história. Porém, com a mesma intensidade com que realizaram a sua manifestação e se viram, inesperadamente, com o poder de Estado nas mãos, pois o governo provisório francês havia se retirado às pressas da capital, foram esmagados pelas tropas francesas. (MARTINELLI, 2011, p. 52)

Porém, embora a revolução proletária tenha sido derrotada na França, foi suficientemente forte para assustar a burguesia de toda a Europa. (COGGIOLA, 2015, p. 84)

que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação).

A partir desta realidade inédita, a burguesia começou, através das Instituições religiosas, pensadores intelectuais e Estado, dar respostas a questão social. Primeiro começou a naturalizar as condições de pobreza e pauperismo, a exploração do trabalho pelo capital. Na condição do pensamento conservador confessional, contará com as Igrejas, para naturalizar, moralizar e culpabilizar o estado social da classe trabalhadora. Temos como exemplo, a Igreja Católica, de sua Carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891, p. 2 e 3), que além de culpabilizar e moralizar, fazia protesto conservador contra a ordem social vigente, para uma volta ao poder político e social da Igreja, no que dizia:

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. [...] Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação. [...] Mas, e isto parece ainda mais grave, o remédio proposto está em oposição flagrante com a justiça, porque a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural.

Porém, como supracitado, a ação da burguesia não ficou restrita somente ao apelo religioso e moral. Influenciou as ciências, como estratégia de manutenção de sua hegemonia de classe social. Temos no pensamento laico, como um dos grandes pensadores, da burguesia, Augusto Comte, que com sua filosofia positivista vai naturalizar as relações sociais, como em um grande corpo, com seus órgãos, cada um desempenhando uma função específica, para todo o corpo funcionar na ordem. Assim cada sujeito teria uma função e condição natural, para exercer naturalmente e para a manutenção da sociedade.

A questão social será entendida nas suas manifestações imediatas, como por exemplo: violência; fome; penúria e doenças etc. Compreendidas como condição inerente a qualquer ordem social, podendo apenas amenizá-las, sem a sua solução, dentro do seu limite, como algo natural, “ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte ‘científico’) [...] através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica)” (NETTO, 2011, p. 155).

Nosso objetivo aqui, não é discutir as políticas sociais e nem fazer uma discussão sobre a origem, desenvolvimento do Serviço Social. Porém se torna necessário, já que é uma discussão

inerente a “questão social”, dado seu caratê intrínseco, trazer a análise, sumariamente, tanto das políticas sociais, que nascem como resposta das múltiplas refrações da “questão social”, quando a profissão que nasce como executor terminal destas políticas sociais. (SANTOS, 2008)

Com a necessidade de uma intervenção maior sobre a questão social, a classe hegemônica vai se utilizar o Estado, para o mesmo dar respostas aos “problemas sociais”, com políticas públicas social, já no estágio do capitalismo monopolista. (NETTO, 2011) Com isso se dará a emergência de um novo profissional para operacionalizar, como executor terminal destas políticas sociais. Se criara o Serviço Social na Europa, na passagem do século XIX ao XX, e se desenvolvendo no século XX chegando até ao Estados Unidos da América (NETTO, 2011). Na Europa será convocado, para a formação destes novos profissionais, a Igreja Católica, prestando uma formação moralizador a partir dos documentos Papas e a Doutrina social da mesma. No Estados Unidos da América, terá um Serviço Social, chamado assim, de caso, de influência do Positivismo de A. Comte e da teoria social de É. Durkheim. (IAMAMOTO e CARVALHO, 201, p.83) Desta forma:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham com o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

O Serviço Social no Brasil passa tanto pela influência, primeiramente, do Serviço Social Europeu e depois pelo o desenvolvido no norte da América, assim a profissão passa tendo por uma formação confessional e do Serviço Social de caso (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Após 1964 nos anos de ditadura, na autocracia burguesa, ira ocorre a Renovação do Serviço Social Brasileiro. Já que a autocracia burguesa tinha instalado uma ditadura militar e civil, para a manutenção do seu poder de classe hegemônica, vai implementar uma modernização conservadora no país e exigir mudanças conservadoras em setores da sociedade. Um dos setores que terão rebatimentos, vai ser o Serviço Social, com o agravamento das refrações da “questão social” vai inaugurar um processo que denominou-se de renovação do Serviço Social, que se manifestara em três direções, sendo elas: a modernizadora; reatualização do conservadorismo, que se fundamentara na fenomenologia e a intenção de ruptura, que no seu processo de amadurecimento possibilitou uma aproximação da literatura marxista, com equívocos e sem Marx e Engels, com forte influência da renovação do Serviço Social da América Latina. (NETTO, 2015)

Com aproximação e desenvolvimento da leitura marxista propiciou que, nos anos 80, a leitura

e apropriação da teoria social de Marx aconteceu pela primeira vez por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, na obra conhecida como *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Esta obra, da literatura do Serviço Social, foi a primeira a utilizar em sua análise crítica a teoria marxiana, que influenciou o debate sobre os fundamentos do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2015).

A partir desta leitura, marxiana, se realizou uma aproximação da “questão social”, fazendo sua incorporação crítica a partir da reflexão marxiana, no Serviço Social brasileiro. (SANTOS, 2008) Desta forma Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83 e 84) vão dizer que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Os autores supracitados, vão compreender a “questão social” não como categoria, e sim como conceito, pois, na teoria social crítica, as categoria são forma de ser, determinações da existência (SANTOS, 2008), desta forma a “questão social” não será entendida na sua forma imediata, como no pensamento conservador a compreendia (NETTO, 2011) e sim como um conceito reflexivo, só tendo realidade no ideal sem realidade ontológica, por esta razão que a “questão social” aparece entre aspas, para demonstrar o cuidado tendo invista sua origem conservadora (SANTOS, 2008).

Porém, para ser um conceito reflexivo na teoria social crítica, é necessário ter uma realidade, ontológica, anterior ao ideal, dando origem ao mesmo, a necessidade do real antes do pensamento, já que é o real concreto que cria o ideal, o pensamento (SANTOS, 2008). O que será real não é a “questão social” em si, mais sim suas refrações que a dão origem, pois estas refrações, tem realidade no campo ontológico, que surgem e são criadas a partir da lei geral de acumulação capitalista, ou seja, surge como reflexo dos fundamentos desta ordem social, que é a compra e venda da força de trabalho, com a mercadoria como mediador de toda a relação social e possibilitando o movimento de valorização do Capital (SANTOS, 2008) Iamamoto (2015, p. 59) em outra de sua obra vai destacar:

Importa deixar claro que a questão social não é aqui focada exclusivamente como desigualdade social entre pobre e ricos, muito menos como “situação social problema”, tal como historicamente foi encarada no Serviço Social, reduzida as dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais á questão social.

É em meados de 1970 que o padrão fordista de acumulação começa a perder as forças, não

conseguindo manter um padrão de regulação para se adequar a mundialização do capital. Neste momento as grandes companhias a fim de superar a crise passaram a ter uma autonomia no redirecionamento dos investimentos, onde não incluía os Estados Nacionais, é a partir de então que começa a ter a canalização da mais-valia do setor produtivo para o setor financeiro.

Passa a haver um discurso onde fazem "supor uma espécie de libertação ou ausência de barreiras estatais para o movimento do capital". (SANTOS, 2012. p. 18). A internacionalização do capital monetário foi importante na crise do padrão de regulação fordista, pois está desregulamentando as fronteiras dos Estados Nacionais, antes que esse se tornasse de maneira formal a política oficial dos organismos oficiais. A mundialização – termos que Chesnai (1996 apud SANTOS, 2012) prefere utilizar ao invés de "globalização" – vem de antes do século XIX, mas é durante o fordismo que a mesma aumenta suas bases por meio de investimentos produtivos nos países de Terceiro Mundo.

Entre 1974-75 passa a predominar a terceirização de setores nos países cênicos, no lugar das filias das matrizes internacionais, neste momento os contratos baseiam-se na inexistência de vínculos formais entre as contratadas e os monopólios, por isso, passam a ser chamadas de "empresas-rede".

Essas empresas rede fazem a reutilização de uma forma de produção, onde impera o "salário por peça", onde há sim uma exploração, mas o trabalhador é enganado por uma falsa liberdade, pois nesse momento o capital financeiro está em busca da alta rentabilidade e toda essa nova dinâmica é chamada de "globalização", onde não há mais fronteiras nacionais para o capital expandir, onde o mundo passa a ser integrado.

Na acumulação flexível existem muitas características as quais causam impacto nas relações e processos de trabalho, em comparação com o padrão fordista podemos afirmar que o flexível faz um menor número na produção, consequentemente um nível baixo no estoque, mudanças rápidas na linha de produção e um controle Just in time. Neste momento o capitalismo desfruta de uma tranquila hegemonia, isto se deve não somente a uma postura colaboracionista dos trabalhadores, mas também a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Segundo Netto, (1995 apud SANTOS, 2012) aqueles regimes não tinham sustentabilidade para proporcionar o desenvolvimento intensivo requisitado pelas condições de insulamento econômico a que se submeteram estas economias com a "Guerra Fria". O capitalismo provoca a nível mundial o aumento do desemprego consequente das novas tecnologias, que vieram para poupar a mão de obra humana. No meio dos desempregados estão os que ocupam postos de

trabalho com remunerações melhores, os que têm contratos terceirizados ou temporários. Isto começa a causar uma fragmentação na classe trabalhadora e em seus vínculos empregatícios e consequentemente enfraquece os mecanismos sindicais.

No Brasil a constituição do capitalismo foi de forma retardatária, onde seu ápice foi no setor de montagem de bens de produção (bens de capital), mas segundo Ferreira o "fordismo á brasileira" tinha "fortes semelhanças" com o fordismo clássico em se tratando da composição do parque industrial, haja vista a diminuição da participação dos ramos produtores de bens de consumo não duráveis e o aumento do peso das indústrias pertencentes ao setor metal mecânico (produção de maquinaria e, em especial, de bens de consumo duráveis). Mas esse regime de "fordismo á brasileira" apresenta características, onde no regime de trabalho há baixa proteção social e altos índices de rotatividade da mão de obra, onde se baseia na flexibilidade e precariedade estruturais do mercado de trabalho.

Neste momento havia uma ausência de democracia, o que provocou dificuldades no salário e repressão aos sindicatos, esse "fordismo á brasileira" tem suas bases em uma norma de consumo "restrita", tendo como marco a desigualdade social assentada na concentração de renda, isto é reflexo da falta de reformas estruturais, cometidas pelos processos de 'modernização conservadora' e "revolução passiva", onde teve apoio estatal.

O Estado no cenário brasileiro em alguns pontos se assemelha aos dos demais países, como por exemplo: o planejamento com vista á expansão do capital privado e a intervenção direta na economia, mas deixou de cumprir no ponto de vista de caráter social. Mattoso (1995, p. 123 apud SANTOS, 2012, p. 185)

[..] o Estado Nacional manteve um padrão de intervenção social de baixos resultados e efeitos compensatórios ou distributivos, caracterizado por uma postura "meritocracia particularista". Por isso que, o fordismo brasileiro não se assemelha ao clássico, onde houve altos índices de democracia nas relações sociais com reflexos nas relações trabalhistas, onde houve fortalecimento dos sindicatos, estabilidade nos empregos, transferência da produtividade aos salários, consumo em massa e ampla proteção social.

Desde 1980 o Brasil sofre significativos processos de reestruturação produtiva, principalmente na parte tecnológica, porém mesmo com a reestruturação as taxas mais altas de desempregos continuam sendo deste país, sabendo disso, a Divisão Internacional do Trabalho exclui o Brasil dos investimentos capitalistas de "ponta" no setor de produção, mas isso não significa que o Brasil parou de receber investimentos, o que mudou foi o perfil, que agora a maior parte vem dos fluxos de capital especulativo.

Neste cenário o Estado é ainda mais neoliberal, sendo assim existe uma "regressão civilizacional seletiva" que tem impactos diferentes em cada parte das classes sociais, onde

continua preservando as vantagens para o grande capital e retira as conquistas e os direitos dos trabalhadores. É nesse meio que se instala uma crise e autores como Dupas e Soares afirmam que surgiu uma "nova pobreza" a qual é considerada um fenômeno mundial, porém o autor discorda, pois o mesmo pensa em se tratando do caso brasileiro de uma ampliação da pobreza que acompanha as proporções da ampliação do desemprego estrutural e não de uma "nova pobreza". Mas é inquestionável e os números mostram que, nas classes que tem menor renda, o desemprego nível de desemprego é mais alto. Mas, no entanto, se constata que, as taxas de desemprego aumentaram para os indivíduos com maiores rendimentos (como supervisores), tanto que no caso desses indivíduos, o nível de escolaridade se mostrou insuficiente para mantê-los em seus trabalhos.

Entre 1999 e 2002 de acordo com o IBGE houve um aumento de desempregados nas famílias mais pobres, esse totalizando 46.8% e nas famílias de classe média alta totalizou 50% de desempregados. Mas observando a distribuição dos desempregados em 2002, 62% fazem parte da classe média baixa, 32,4% que fazem parte da classe média e apenas 5,6% fazem parte da classe média alta, ou seja, o desemprego continua concentrando-se nas classes subalternas, principalmente nas contradições de natureza classista e racial.

É de extrema necessidade mencionar as particularidades recentes do desemprego no Brasil, onde há uma grande diferença em relação ao regime de trabalho dos países cêntricos. No ápice dessas diferenças está a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho, a qual permite e produz altos índices de rotatividade de mão de obra, porém essa flexibilidade é diferente dos países cêntricos, pois lá está é usada como mecanismo para superar a crise capitalista recente. A mão de obra no Brasil vale seis vezes menos que nos países desenvolvidos, isto se torna essencial para a expansão da 'questão social'.

Na segunda fase da "industrialização pesada" houve uma política salarial desfavorável aos trabalhadores, assim acentuando a concentração de renda e institucionalizando a alta rotatividade de mão de obra, com o FGTS substituindo a estabilidade do emprego. Entre os anos 1980 e 1990 houve um aumento dos índices de desemprego, refletindo na dinâmica da economia mundial frente à crise capitalista, porém se reproduz em um contexto que mostra uma sociedade salarial incompleta. É em 1980 que se acentua os empregos formais dos informais no Brasil, com isso, as conquistas dos sindicatos não alcançaram a todos.

As constantes mudanças de emprego dificultam a sindicalização e com isso o reconhecimento do trabalhador para o seu sindicato e isso implica que os sindicatos se concentrem nos trabalhadores menos sujeitos à rotatividade. As formas de trabalho mais instáveis e menos

protegidas são as que mais se ampliam, por medo de perder o trabalho e são mais ocupados por trabalhadores com baixo nível de escolaridade, isto indica as tendências históricas do regime de trabalho brasileiro e por conta disso o Brasil tem acentuado o desemprego e a informalidade, onde os dados da PNAD/IBGE de 1995 apontavam 77% dos trabalhadores autônomos nordestino não possuíam ensino fundamental completo.

Esta situação na região sudeste é de 63%. Sendo assim, a escolaridade passa a ser assim um critério de contratação, o que não tem haver diretamente com a qualificação necessária ao trabalho que será executado. Isto também é utilizado para diferenciar os salários dos trabalhadores aos que possuem menos escolaridade, sendo assim, é notável que o trabalhador com baixa escolaridade tem uma menor remuneração salarial e dificuldade de acumular tempo de serviço com o mesmo empregador, por causa dos altos índices de rotatividade que ocorrem entre os trabalhadores com esse perfil.

A flexibilização no Brasil tem o claro objetivo de atingir a CLT para reduzir o custo do trabalho por meio de remunerações flexíveis. O seguro-desemprego chegou ao Brasil tardiamente, e tem uma eficácia bastante discutível, face ao aumento da informalidade. Dados indicam que em 1986 o Brasil estava em 13º lugar no ranking do desemprego mundial, mas em 1994 este passou para o quarto lugar. Entre estas múltiplas expressões da “questão social”, supra referidas, se encontra também o estupro de vulnerável. Esta violência está relacionada ao pensamento e sentimento de posse, de poder de um indivíduo sobre o outro, tirando-lhe qualquer vontade própria, poder de decidir, torna o outro uma propriedade privada sem poder de escolher o melhor para si, se sobrepondo o desejo daquele que se acha dono do outro.

Como Karl Marx (2010, p 80) dizia: “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. O trabalhador desta forma, desapropriado dos meios de produção e sendo obrigado a vender sua força de trabalho, tendo um trabalho estranhado que não atente as suas necessidades e sim de outros, o trabalhador se encontrasse em uma relação de fetichização de sua condição, se transformando em uma mercadoria a si mesmo, uma propriedade privada. Desta maneira, o outro é compreendido, como alguém que pode ser de minha propriedade, para satisfazer meus próprios interesses, não o percebendo como sujeito de vontade, com liberdade.

O estupro de vulnerável tem relação intrínseca com a ordem social que vivemos, a mesma violência se manifesta como uma fetichização das relações sociais, provocada pela mercantilização da vida social, a mercadoria sendo mediadora da existência social, tendo uma classe social proprietária da maior parte destas mercadorias e a outra só tendo uma única, que é a força de

trabalho, que se torna uma mercadoria nesta ordem social capitalista.

2.2 A FIGURA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O conceito de gênero perpassa por diversos exemplos em cima de uma lógica ocidental tradicional, ou seja, é dividido entre macho x fêmea, masculino x feminino e homem x mulher. Dentro de uma sociedade o que caracteriza o homem da mulher são suas características biológicas, sendo assim, a sua lógica biológica envolve a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais cada um dos sexos nasce.

No entanto, o sexo não determina por si só, a identidade de gênero ou a orientação sexual de uma pessoa. A orientação sexual, por exemplo, diz respeito à atração que sentimos por outros indivíduos e, geralmente, envolve questões sentimentais, e não somente sexuais. Embora a definição do que é ser “homem” ou “mulher” tenha surgido a partir de uma divisão biológica, a experiência humana nos mostra que um indivíduo pode ter outras identidades que refletem diferentes representações de gênero (como os transexuais e transgêneros) e que não se encaixam nas categorias padrões. (CUNHA, 2014, p. 1)

Assim como autora citou em cima, nos dias atuais (2018) não existe somente um padrão imposto pela sociedade (macho e fêmea), a opção da escolha está com livre acesso maior, mas ao mesmo tempo limitado, já que ainda perpassamos por uma sociedade dominante por regras, e quando algo sai do seu padrão original, é ligado diretamente com o estranhamento, o não aceitação de uma nova população societária, pois a criação de um lar é que o corretamente correto é o homem e a mulher como casal, outros exemplos de gênero dentro de um mesmo papel, não.

No que diz respeito à questão de gênero, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1940) afirma que "ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher. Ser mulher é uma construção social e cultural", assim como outra autora de referencia no conceito de gênero Judith Butler (1990), afirma que “o gênero é uma produção social e é um ato intencional construído ao longo dos anos. De fora para dentro e de dentro para fora. Gênero não deve ser visto como um atributo fixo de uma pessoa, mas como uma variável fluída, apresentando diferentes configurações”.

A história da mulher durante as décadas foi de extremas transformações em diversas fases, passando desde a colonização do Brasil (1500) até os dias atuais (2018). Desde a época da colônia, as mulheres eram o principal alvo dentro da sociedade, começando com o bom e velho exemplo de obediência, neste caso, a obediência deveria ser seguida por todas as mulheres da época para os principais homens de poderes, sendo seu pai, irmão, tio, avô, a mulher deveria manter os melhores modos possíveis, seguidas de bons exemplos para todos ao seu redor, segundo as regras da época.

No Brasil colonial, abafar a sexualidade feminina seria o objetivo de Leis do Estado, da Igreja, e o desejo dos pais, visto que ao arrebentar as amarras (...) a sexualidade feminina (...) ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (DEL PRIORE, 1997, p.46)

Segundo a citação acima notamos que a mulher entra em qualquer parte da história/década como a esposa, ou seja, a mulher desde pequena passa por diversos processos de aperfeiçoamento, não somente para a vida, mas com o objetivo do casamento, da família, dos filhos e dona de casa, enquanto o homem se torna o responsável daquele lar em relação das despesas e em tudo o que aquele lar necessitará, sem a ajuda da mulher, somente dele próprio, sendo reproduzido dessa forma uma cultura dominada pelo sexo oposto, neste caso o sexo macho, sendo repudiado quaisquer meios de ajuda financeira vindo de uma mulher.

As mulheres começaram a iniciar uma luta por melhores condições vida e independência a partir do momento em que substituíram os homens nas fabricas (1916), enquanto os mesmos partiram para a guerra. A partir desse início de momento histórico para o meio feminino com a chegada das primeiras Guerras Mundiais, fez com que a carreira, dinheiro e poder comessem a ser transferidos do macho para a fêmea.

A princípio, quem só era vista como capaz de trabalhar em tecelagens ou, na melhor das hipóteses, como educadora e enfermeira, passou a ajudar conduzindo trens e ônibus, atendendo ao público nas agências de Correios, servindo de mão de obra nas fabricas de armas e munições e como datilógrafa em repartições públicas. (RAGO, 2007, p. 1)

Em 1941, as mulheres também estavam na Guerra, o alistamento militar foi permitido, sendo ligadas a serviços mais complexos, principalmente em operações de análises de códigos do inimigo. Em seguida aconteceu a anulação que proibia mulheres casadas de praticarem quaisquer atividades em escritórios, tendo mais um novo avanço para o meio feminino.

Isto não quer dizer, porém, que elas fossem respeitadas profissionalmente de forma igualitária. Quando os sobreviventes da Segunda Guerra retornaram para casa, uma parte da mão de obra feminina foi desprezada; a outra parte pôde manter seus postos de trabalho, embora ganhando menos e em funções tidas como inferiores às dos homens. (RAGO, 2007, p. 1)

A guerra vai forçar tanto as mulheres quanto os homens a situações em que os homens vão deixar de ser heróis e vão mostrar sua fragilidade. Aquela idéia de que o homem é poderoso, é viril, é racional, a guerra acaba com tudo isso. (RAGO, 2007, p.1)

A partir desse momento que as mulheres começaram a se organizar em busca de uma vida melhor, não só para elas, mas para seus filhos também. Com as lutas vieram às conquistas, sendo:

- Educação;

No Período Colonial, sua educação era no lar, voltada especificamente para as atividades domésticas. Somente em meados do século XIX que a participação feminina se iniciou,

timidamente, pois os colégios destinados a mulheres eram particulares, dessa maneira somente as meninas de origem abastada tinham acesso. A educação feminina no Brasil teve início em colégios particulares fundado em Campinas em 1863, enquanto o ensino público chegou em 1880.

- Livre acesso ao mercado de trabalho;

Em 1922 é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo como base o acesso das mulheres ao campo de trabalho.

- Direito à vida política;

Em 1928 é autorizado o primeiro voto feminino, assim como no mesmo ano é eleita à primeira prefeita no país, sendo anulada logo depois a decisão, sendo aberta a discussão sobre o direito da mulher na vida política. O direito ao voto só veio a ser conquistado em 1932.

- Pílula anticoncepcional e a revolução sexual;

Em 1961, a comercialização da pílula anticoncepcional causou uma revolução de costumes e liberdade sexual. A pílula foi desenvolvida por dois médicos americanos, Gregory Pincus e Carl Djarassi, com incentivo da feminista e ativista social *Margaret Sanger* e financiamento de *Katharine McCormick*, uma rica herdeira industrial.

- Direito ao divórcio;

Na década de 1970 começou a ser discutida uma lei que considerasse esse ato legítimo e definitivo do vínculo de casamento civil, e caso o casal teve algum herdeiro (os), entrava a questão em cima do bem-estar da criança (as), como a atribuição de pensão de alimentos, regulação de poder paternal, relação ou partilha de bens, regulação de casa de morada de família, entre outros.

- Delegacia da Mulher e Lei Maria da Penha;

Em 1985, foi criada a primeira delegacia da mulher. Quase dez anos depois, a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, aumentou o rigor nas punições para violência doméstica ou familiar. Hoje, agressores de mulheres podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada. Além disso, a lei prevê medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e dos filhos.

A autora Costa (2008) analisa a desigualdade através das transformações na relação entre homem e mulher em uma perspectiva cultural patriarcal, ou seja, “somos frutos da educação diferenciada, baseada na desigualdade e na metamorfose das relações”.

A autora Muraro (1992) traz o exemplo de desigualdade que aprendemos desde pequenos dentro das escolas (Adão e Eva), ou seja, Eva surgiu através de uma costela vinda de Adão, e os dois juntos viviam em perfeito equilíbrio com a natureza até o momento de Eva começar a

conversar com a serpente que vivia em uma árvore onde tinha o fruto proibido por Deus, experimentando esse fruto Eva ofereceu a Adão, sendo os dois castigados por Deus.

Eva recebeu a punição de sentir as dores do parto e ficar sob o domínio do homem, enquanto Adão recebeu o castigo de aprender a dominar a natureza com o suor do seu trabalho, e deste tirar o alimento para si, sua mulher e prole.

A dominação do homem pelo homem e do homem sobre a mulher, que são as duas características essenciais do patriarcado, acrescida da dominação do homem sobre a terra, já estão santificadas. São então santificadas todas as cisões: 1) a cisão dentro do homem entre sexualidade e afeto, conhecimento e emoção. O conhecimento é colocado como causa da transgressão, porque de agora em diante ele vai ser o motor que vai fazer funcionar todo o sistema; 2) a cisão homem/homem – é essencial ao patriarcado a santificação da dominação de uns homens pelos outros, por que com isso se torna “natural” a escravidão(...); 3) cisão homem/mulher, com a consequente cisão público/privado. Esta cisão é essencial também porque a opressão da mulher é o que torna todas as outras possíveis; 4) a cisão homem/natureza, que é a base do cultivo da terra com instrumentos pesados (MURARO, 1992, p.74).

Trazendo para o mundo além da Bíblia, é através das histórias e mitos que ocorrem as contradições no que tangem os papéis entre fêmea e macho, tornando-se assim verdades absolutas para aqueles que acreditam ser, trazendo uma naturalidade, como o exemplo acima para a sociedade nos tempos atuais, tendo uma cultura que force uma aceitação de “qual é o lugar da fêmea, e qual é o lugar do macho”, vindo novamente a hierarquia do poder entre os gêneros. “O papel das doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, sempre foi o de afirmar o sentido do masculino e do feminino, construído no interior das relações de poder” (SAFFIOTI, 1992, p.188).

Retratando a história da figura da mulher desde o tempo colonial até o ano de 2018, podemos fazer uma trajetória cronológica da evolução feminina. Antes a mulher era feita para ser boneca de porcelana, aquela que seria a cuidadora do lar e dos filhos aguardando a chegada do marido do seu trabalho, lembrando que a esposa não poderia ajudar o seu marido em tarefas que envolvesse o seu trabalho, já que para a cultura desta época, somente o homem deveria ser o provedor de seu lar.

Quando a figura da mulher começa a reagir, começa a correr atrás de sua independência, o que começa a acontecer e ter um descontrole, não somente familiar, mas também social? Vem a tona a violência como a física, moral, psicológica, urbana, tendo as violências mais comuns levadas aos tapas, empurrões, ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados, tortura tanto na vítima ou em cima da retirada dos filhos etc.

Nos dias atuais, as mulheres conquistaram diversos direitos, incluindo o de se tornar uma profissional, mas ainda continua o preconceito com a figura feminina fazendo a mesma função do homem, recebendo um salário diferenciado, mas isso não impede que a mulher continue a sofrer os

exemplos de violência acima.

Não podemos afirmar com extrema certeza se foi de fato a evolução da mulher em relação a sua independência e a provedora do seu próprio sustento que levou essa mulher a receber a violência, sendo a violência com índice maior a doméstica, por exemplo, mas sabemos que a própria pessoa, neste caso a mulher, não se percebe sendo vítima de alguma violência. É algo cultural, já que desde pequena toda mulher aprende que ela deve ser dona de casa, mãe e mulher, deve ser fiel e ser obediente ao seu marido, pois essa é a lógica dentro da sociedade, um homem e uma mulher.

A violência perpassa todas as classes sociais, desde aquela sociedade que é dominada tanto por mulher, quanto por homem. Somente se basear pelo sexo (fêmea e macho) não dá conta de uma resposta com clareza, já que gênero perpassa por diversos exemplos, como o fato da mulher ser pai e mãe ao mesmo tempo; a mulher que tem o mesmo espaço de trabalho e recebe menos; a mulher que se casa e é obrigada a ter relação sexual, sendo abusada a força, já que pela lógica cultural a mulher quando casa tem a obrigação de servir e obedecer ao homem, e quando ocorre à separação a culpa é da mulher por não ter comparecido dentro de casa; a mulher que quando se casa decide entrar sozinha dentro da Igreja, tirando a tradição de um homem entrar na Igreja segurando o braço da mulher, e entregar a outro homem.

Duas conquistas para a mulher criadas é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e as Delegacias da Mulher (1985), tendo a criação no Brasil para o combate da violência, quando a mulher sofre violência, ela recorre ao Estado por proteção, e o mesmo lhe dá um benefício de medida protetiva, que não está ajudando mais a mulher a se proteger, já que o agressor não respeita o que a lei o “obriga” a respeitar, sendo a mulher a sofrer as consequências da falta devida de proteção.

O papel da mulher na sociedade vem se tornando cada vez maior, ainda tem diversos desafios que precisam ser enfrentados. A cultura de um pensamento tão antigo de obrigar uma pessoa a fazer algo que ela não deseja, acaba tendo o nome de machismo, mais a mudança do machismo não significa que a mudança deve ser baseada em um combate contra os homens, pelo contrário, o combate deve ser em cima de pensamentos arcaicos, onde somente um único sexo tem que ser superior ao outro, e com essa superioridade ter o comando de que é a ele que deve respeitar.

Os enfrentamentos devem ser em cima da conquista de igualdade entre o gênero macho e fêmea dentro de qualquer sociedade; nos postos de trabalho; promover melhores salários; efetivar o direito da mulher sobre o seu próprio corpo; a liberdade individual; efetivar a proteção de mulheres

ameaçadas em seus cotidianos.

A mulher de hoje não é a mesma de 100 anos atrás, ela agora tem uma maior autonomia, liberdade de expressão, tendo o seu diferencial na sociedade com suas escolhas, por exemplo, no campo profissional, responsabilidades e possibilidades de explorações no que desejar. Deixou de ser inferior no sentido de uma busca igualitária nos direitos, deveres, ida e vinda de casa para o trabalho ou para onde a mulher desejar ir, sem medo de usar uma roupa, por exemplo.

A mulher possui apoio no termo “movimento feminista” que está atrelado a movimento social, político e econômico, tendo como objetivo discutir e lutar por direitos das mulheres, direitos esses que envolve uma luta para que a imagem da mulher deixe de ser de “vítimas de diversas formas de opressão social para levar a sociedade à estruturas mais justas” (TODA POLITICA, 2018, p.1). Vale ressaltar que o movimento feminista veio a partir do século XIX com a influência do movimento da Revolução Francesa e de todas as alterações sociais da época, tendo mulheres a tomarem consciência das desigualdades que eram submetidas diariamente, trazendo os questionamentos em modelos sociais e lutando para a diminuição da desigualdade política e de direitos, como por exemplo, um dos maiores avanços da mulher naquela época foi a de votar, e o voto veio a partir do “movimento sufragista”.

As mulheres começaram a lutar por mais avanços e por mais igualdade de sexos, ou seja, participar da vida política, do direito ao voto, ao estudo e de melhores condições de trabalho, tendo os questionamentos do real papel da mulher dentro de uma sociedade, além das responsabilidades diárias da época que estava baseada em somente a casa e a família como única função.

Hoje somos reconhecidas, mas ainda não temos o reconhecimento necessário. Ainda tem luta de homens para isso acabar, para ter a regressão novamente, mas com o nosso diferencial, com a nossa batalha no cotidiano, a mulher pode ir aonde ela quiser, explorar o novo, e não ficar mais no comodismo ou medo.

Atualmente não cabe para as mulheres somente o espaço privado, ocupando lugar de destaque que antes era ocupado somente por homens, como diretoras de escolas, reitoras de universidades, presidente de empresas, prefeita de uma cidade ou até presidente do Brasil como foi o exemplo de Dilma Rousseff, sendo a primeira mulher no Brasil a assumir um dos cargos mais importante da República.

É preciso que as questões de gênero tanto no Brasil quanto no mundo devam ser pautadas na sociedade civil e no Estado, tendo a importância no que diz a defesa dos direitos e da igualdade entre os indivíduos para a construção de um mundo mais justo, igualitário, onde todos somos iguais, não importando o sexo, orientação sexual, entre outros, somente sua contribuição para a

sociedade, sendo ela a sociedade brasileira.

Porém, enquanto essa concepção na sociedade não for unânime, mesmo as mulheres ocupando lugar de destaque, essas continuarão sendo vistas como objeto de controle do homem, ocasionando inúmeras ações de discriminação, preconceito e violência que ocorre de forma silenciosa, mas ocasiona em muitos casos a morte das mulheres e seus filhos.

2.2 O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

No campo teórico há várias compreensões sobre o conceito de violência, não a uma concordância sobre o mesmo, fazendo a sua compreensão uma árdua tarefa. Aqui não faremos um levantamento de todas as concepções teorias e metodológicas sobre o conceito de violência, porém tentando trazer uma sumaria exposição sobre a compreensão, que aqui iremos trabalhar.

A compreensão a respeito do conceito de violência, partira com a discussão de Minayo e Souza (1998, p. 514) que:

[...] a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata e uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

Assim reconhecendo a violência não só quando ocorre a morte de um ser humano provocada por terceiros, mas quando ocorre ações que afetam, negativamente, a integridade física, mental ou espiritual. É necessário conceber que esta ação pode surgir não só de indivíduos, como também, nações, grupos e classes, pode ter origem pessoal, igualmente, social.

Existem inúmeras formas de violência atualmente na sociedade, notando que há mudanças de um período ao outro, mas que está atrelado na relação social, político, econômico e cultural. A violência se desenvolve e permanecem em todas as classes sociais, atingindo inúmeras pessoas, principalmente crianças e adolescentes. A violência é uma manifestação de poder de um adulto ou não adulto, que é mais forte do que a criança ou adolescente.

Esse cenário de violência pode cessar, impedir, deter ou retardar o pleno desenvolvimento do ser humano, principalmente quando a vítima for uma criança ou um adolescente, que ainda estão em fase de desenvolvimento e precisam de constante cuidado e proteção. Discutiremos a respeito de três tipos de conceito de violências específicos, sendo estas: O conceito de violência para a OMS (Organização Mundial da Saúde); violência familiar e violência intrafamiliar.

Segundo os autores Dahlberg e Krug (2002, p. 1165) o conceito de violência para a Organização Mundial da Saúde (OMS):

O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DAHLBERG e Krug, 2002, p. 1165)

Entendemos com a citação acima que a violência para a OMS é o uso da força que se resulte em ameaça ou na prática, podendo ser para outras pessoas, para si próprio, para um grupo ou comunidade, tendo como resultado morte, danos psicológicos, sofrimento, privações ou desenvolvimento prejudicado.

Também algumas tipologias sobre violência que são propostas no Relatório Mundial da OMS de 2002 (MINAYO, 2006) que são: violência interpessoais; violência coletiva.

- **Violências Interpessoais:**

As violências interpessoais são classificadas em dois âmbitos: o intrafamiliar e o comunitário. Por violência intrafamiliar entende-se a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. Inclui as várias formas de agressão contra crianças, contra a mulher ou o homem e contra os idosos no âmbito doméstico. Considera-se que a violência intrafamiliar é, em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência (MINAYO, 2006).

A violência comunitária é definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos. Consideram-se suas várias expressões, como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e, inclusive, a violência institucional que acontece, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (MINAYO, 2006)

- **Violência Coletiva:**

Por violências coletivas entendem-se os atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado. Nessa categoria, do ponto de vista social, incluem-se os crimes cometidos por grupos organizados, atos terroristas, crimes de multidões. No campo político, a violência coletiva se expressa nas guerras e nos processos de aniquilamento de determinados povos e nações por outros. A classificação de violência coletiva contempla também ataques econômicos entre grupos e nações, geralmente motivados por intenções e interesses de dominação (MINAYO, 2006).

À classificação criada pelo Relatório da OMS de 2002 (MINAYO, 2006), acrescento um tipo de violência a que denomino ‘estrutural’. Essa categoria se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio autocêntrico sobre crianças e adolescentes. Difícil de ser

quantificada, pois aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, a violência estrutural se perpetua nos micro e macroprocessos sócio históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação. A maioria dos tipos de violência citados anteriormente tem sua base na violência estrutural (MINAYO, 2006).

Já o conceito de violência familiar tratada na Lei Maria da Penha (nº 11340/06) no seu:

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Como acima citado entendemos como conceito de violência familiar para a Lei Maria da Penha (nº 11340/06) que qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial, a mulher, seja estes dentro da unidade doméstica, tendo pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive os agregados.

A violência contra a mulher pode ocorrer de diversos modos, porém as mais conhecidas são: como conceito de violência familiar para a Lei Maria da Penha (nº 11340/06), que qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial, a mulher, seja estes dentro da unidade doméstica, tendo pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive os agregados.

A violência contra a mulher pode ocorrer de diversos modos, porém as mais conhecidas são: Física: A violência física é perpetrada por meio de socos, empurrões, beliscões, mordidas e chutes. Ou por meio de atos ainda mais graves, como queimaduras, cortes e perfurações feitas com armas brancas ou de fogo; Psicológica: A violência psicológica é, em geral, mais sutil, mas não menos daninha. A mulher 146 é atingida por agressões verbais constantes: ameaças, insultos, comparações, humilhações e ironia. Em muitos casos é proibida de se expressar, estudar, sair de casa, trabalhar, escolher o que vestir etc. Em situações de violência psicológica é comum que as vítimas tenham sua capacidade de reação diminuída; Sexual: A violência sexual consiste na coação da vítima, com emprego da violência ou grave ameaça, para que esta pratique atos sexuais que não deseja. Em muitos casos o agressor é o próprio marido, companheiro ou namorado da vítima, que se sente no direito, em virtude da relação que mantêm, de obrigá-la a praticar atos que não deseja.

Com relação à violência sexual cumpre destacar uma peculiaridade, que a distingue das demais: entre todas as manifestações da violência contra as mulheres, é a que mais desperta repúdio social. São comuns, dentro dos presídios, os casos de agressões aos presos por crimes desta natureza, perpetradas por outros presos. É de estranha que uma sociedade tão permissiva para com a violência contra as mulheres adotasse punição tão severa quando se tratava da violência sexual.

Uma das respostas possíveis para essa questão é que nos casos de violência sexual o bem atingido não foi o corpo da mulher, e sim a propriedade de outro homem, seja ele pai, marido, namorado ou companheiro da vítima. O que se pune é a invasão de um “território” imaginário. Talvez por esta razão sejam tão comuns ao longo da história os relatos de estupro em massa em situações de guerra e conflito ocasião em que os corpos das mulheres são aviltados como forma de humilhar o exército adversário.

Moral: A violência moral consiste em calúnias, difamações ou injúrias que afetam a honra ou a reputação da mulher. São comuns nesse caso ofensas que se relacionam ao exercício da sexualidade pela vítima, tratando este exercício como algo reprovável e sujo. É uma forma de julgamento, controle e limitação da sexualidade das mulheres.

Patrimonial: A violência patrimonial configura-se por ações ou omissões que impliquem em dano, perda, subtração, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos destinados a satisfazer às necessidades da mulher. É utilizada em muitos casos como forma de limitação da liberdade da mulher, inclusive do seu direito de ir e vir, na medida em que lhe são retirados meios para a própria subsistência.

Trabalho: Violência no trabalho: o agressor é o patrão ou chefe que usa de sua relação de poder hierárquico de chefia para obrigar a funcionária a manter com ele relações independentes de seu desejo.

Institucional: A violência institucional é a praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos, como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, judiciário. É perpetrada por agentes que deveriam proteger e atender as mulheres vítimas de violência, garantindo-lhes o pleno acesso a esses serviços; e que, ao contrário, acabam por revitimizá-la.

Urbana: A Violência Urbana mulheres e homens estão sujeitos (furtos, roubos, sequestros etc.) praticados por estranhos. Porém, neste contexto, as mulheres muitas vezes sofrem um padrão diferenciado de violência, na medida em que suportam ainda a violência sexual que os homens, na mesma situação, em geral não sofrem.

Conflitos Armados: A violência nos conflitos armados é aquela praticada em virtude de estados de exceção como os conflitos armados e ditaduras militares. As mulheres, da mesma

maneira que nos casos de violência urbana, neste contexto sofrem um padrão diferenciado de violência, ao suportarem também a violência sexual, gravidez e prostituição forçadas e escravidão sexual, entre outros. As limpezas étnicas, realizadas muitas vezes por meio de estupros de mulheres de determinada etnia, constituem-se em prática comum em contextos de guerra.

Já para a autora Scobernatti (GUERRA apud SCOBERNATTI, 2005, p. 83) a violência intrafamiliar não é algo novo, aonde é construída a partir de relações de poder, gênero, etnia e classe social, esta representa:

[...] todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e/ou adolescente, que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que a criança e adolescente têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.

Podemos entender com a citação acima que qualquer ato que cause omissão e seja praticado pelos pais, parentes ou responsáveis pela criança e/ou adolescente que o faça algum dano psicológico, físico ou sexual provoca um descumprimento do dever de proteção do adulto para com a criança/adolescente e uma negação com o direito que a criança e ao adolescente têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em desenvolvimento.

O estupro de vulnerável nem sempre leva a morte da vítima, porém provoca malefícios de ordem moral, mental e físicos. Desta maneira, compreendemos o estupro de vulnerável como uma violência, pois o mesmo provoca danos gravíssimos à vítima.

2.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Através das histórias sobre o sexo feminino mundialmente, o que podemos constatar é que a mulher é vista como sexo frágil para algumas pessoas, pois ela desempenhou por muitos anos apenas a função de dona do lar, com o trabalho doméstico e os homens tendo o papel de promover a família, trabalhando no espaço privado. Tinha-se uma relação de forças a onde o masculino era superior ao feminino, que foi construído com base no sexo biológico, que não dá conta de fazer leitura das relações no todo, pois elas podem desempenhar diversos papéis sociais.

Antigamente as mulheres não eram vista como um ser de direitos pelo espaço social que ocupavam, eram vistas como objetos, com isto o que acontecia com elas não tinham visibilidade, ausência da ação do estado diante das violências que elas sofriam nos seus lares, se tinha até o ditado “em briga de marido e mulher, ninguém coloca a colher”, não se tinha recursos de proteção e voz o suficiente para dar um basta em qualquer situação.

A partir da década de 1970, as mulheres começaram a se movimentar para fazer o diferencial na vida de cada uma, no Brasil começou a utilização do termo “violência contra as mulheres”, porém é na década de 1980 que as mulheres passam a contar com o primeiro serviço de atendimento direto social, jurídico e psicológico aos casos de violência, com a criação do modelo SOS Mulher, e também na década de 80 tem a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs, isto possibilitou o levantamento de dados sobre as violências. E no decorrer dos anos foram criadas de novas políticas e criação de novos serviços (públicos e privados) para a erradicação da violência contra as mulheres.

Na atualidade as mulheres têm conquistado cada vez mais espaços de falas e visibilidades, através da mídia, canais de informações, campanhas governamentais, porém ainda se necessita muito de políticas sociais, com mais fiscalização, pois ainda temos uma grande parcela feminina que sofre as violências, e não conseguem ainda notificar e seus parceiros e agressores ficam impunes. Porém ao longo dos anos as mulheres evoluíram socialmente, não que tenhamos alcançado uma igualdade, mas através de lutas sociais, atingiram uma maior visibilidade, pois se tem mais formulas de enfrentamentos das desigualdades impostas na sociedade, atualmente, ela consegue alcançar além da função de doméstica, ocupa muitos outros espaços, como: do lar, mercado de trabalho, entre outros.

Diante da ideologia patriarcal que ainda vivemos a figura feminina possui uma submissão acerca da masculina, existe uma inferioridade no desempenho das funções sociais, dentro dessas relações ocorrem violências contra as mulheres, crianças e adolescentes. Em diversas vezes elas não são denunciadas pelas vítimas, pois em alguns casos a sociedade julga a pelo o ocorrido, com isto os dados que são apurados pelos órgãos públicos que controlam as estatísticas não alcançam na totalidade o número das violências.

Através do Atlas da Violência de 2018, o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que utilizou de dados do ano de 2016, podemos analisar que 50,9% dos casos registrados de estupro em 2016 foram cometidos contra menores de 13 anos de idade. Além disso, em 32,1% dos casos, as vítimas foram adultos, e em 17%, adolescentes.

Quando o estupro de acontece com crianças menos de 13 anos, 30 % o violentador é um familiar próximo, sendo: pais, irmãos e padrastos, e com adolescentes e adultos em sua maioria são com autores desconhecidos. A maior proporção dos casos de estupro foi com as mulheres de baixa escolaridade do ensino médio completo. As pessoas que se reconhecem como brancas os números de casos caíram de 2011 até 2014 e se manteve constante 34,3 %, e já as que se distinguem pardas

cresceu com o aumento de 4,5 %, tendo 45,3 % de casos. Contudo percebemos que de 2011 até 2016, se obteve uma maior captação de casos de violências, casos de estupro. Com o aumento de ações governamentais voltadas contra a violência à mulher, campanhas feministas com maiores visualidades, algumas mulheres se sentem mais protegidas para estar fazendo denúncias de violências, com isto temos um avanço das notificações dos casos de violência contra as mulheres.

As violências contra as mulheres podem ocorrer de diversos modos, porém as mais conhecidas são:

- Física: A violência física ela ocorre quando acontece contato físico do agressor com a vítima, podendo ser por meio de socos, empurrões, perfurações realizadas com armas de fogo ou brancas, chutes.
- Psicológica: A violência psicológica ela consiste de um modo mais branda, porém não menos nociva, muitas vezes a vítima nem a percebe, pois, ela se dá através de humilhações, insultos, ameaças verbais.
- Sexual: A violência sexual é quando a vítima é forçada, ameaçada a realizar ou presenciar atos sexuais sem a própria vontade. Comentários ou investidas sexuais. Execuções de tráfico humano.
- Moral: a violência moral ocorre mediante de difamações, calúnias, interferindo na honra das mulheres, quando uma forma de julgar a índole delas Patrimonial:

Entende-se como violência patrimonial quando qualquer bem, seja ele de valor simbólico ou pessoal, de trabalho, objetos pessoais, documentos, das mulheres sofrem algum tipo de dano, são destruídos, retidos, sofre perdas.

Entretanto a violência contra a mulher é um conjunto de questões que cada vez mais tem preocupado a sociedade, gestões governamentais, dado que ela ocorre de diversos modos, sendo física, psicológica, sexual. Diante ao que foi posto acerca das violências enfrentadas pelas mulheres ao examinar a história, percebemos que foi alcançado muitos avanços para que os direitos delas sejam protegidos, porém ainda é necessário caminhar longos passos, para que seja erradicada essas violações, dado que apesar de que muitas mulheres conseguem atualmente buscar órgãos de proteção quando sofrem alguma agressão, alguns casos ainda não são denunciados por elas, por medo do agressor.

2.4 A VIOLÊNCIA SEXUAL E O ESTUPRO DE VULNÉRÁVEL

A violência sexual se qualifica como qualquer ato sexual ou tentativa do ato não consentido por uma das partes, podendo ser utilizado força física, repressão ou ameaça, este crime pode ser praticado por qualquer pessoa, sendo ou não do vínculo familiar, podendo ser cometido em qualquer cenário, não se limitando ao lar, escola ou trabalho da vítima. Mas perante a Lei 12.015/09 quando esta violência é praticada contra uma criança ou adolescente até treze anos de idade é considerada estupro de vulnerável, pois se entende que esta criança ou adolescente não tem discernimento para fazer suas escolhas.

Mas existe uma contradição nos documentos jurídicos acerca da interpretação sobre o estupro de vulnerável, pois o ECA⁵ afirma que adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, porém para a Lei 12.015/09 só é considerado adolescente a pessoa até treze anos de idade, logo só se caracteriza estupro de vulnerável quando o registro é feito e o adolescente tem até treze anos de idade ou alguma pessoa que tenha deficiência mental ou apresente enfermidade.

Art. 217-A. - Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

O Estupro de Vulnerável é o ato sexual com menores de quatorze anos ou com pessoas que tenham enfermidade ou deficiência mental, sendo assim, não tendo o necessário discernimento para o ato. Nestas circunstâncias a violência é sempre presumida⁶. No caso de estupro de vulnerável ou no estupro contra vítimas em idade de quatorze a dezoito anos, a ação penal sempre será pública incondicional, sendo assim, não depende da manifestação ou vontade da vítima.

A vulnerabilidade diz respeito na capacidade da pessoa de reagir a intervenções de outra pessoa referente ao exercício da sua sexualidade, nota-se então, que esta lei tem a função de

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente

⁶ “A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que o consentimento da vítima menor de 14 anos é irrelevante para a configuração do delito de estupro, devendo a presunção de violência, antes disciplinada no art. 224, 'a', do Código Penal, ser considerada de natureza absoluta.” (STJ, REsp 1021634/SP, 5ª Turma, Ministro Jorge Mussi); “APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA QUE CEDE DIANTE DAS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. RELAÇÃO DE NAMORO ENTRE AS PARTES, COM CÓPULA CONSENTIDA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA. APELO MINISTERIAL DESPROVIDO. UNÂNIME.” (TJRS, Apelação Crime Nº 70050178045, em 11/04/2013, Sexta Câmara Criminal, Relator: Ícaro Carvalho de Bem Osório)

proteger as pessoas que não possuem discernimento para compreender ou oferecer resistência sobre o determinado ato que atinja a sua dignidade ou liberdade sexual.

O estupro de vulnerável é uma nomenclatura usada pelo direito, mas ao olhar do serviço social esta nomenclatura muda para abuso sexual, pois ambas se convertem aos mesmos atos contra crianças, adolescentes e pessoas com enfermidade ou problema de saúde mental. Como Medeiros (2013, p. 96) explica em seu artigo:

Entende-se por Abuso sexual todo e qualquer contato, ato ou jogo sexual, assim como uma relação heterossexual ou homossexual tendo como objetivo a satisfação sexual do adulto através da estimulação sexual da criança.

Este tipo de violação contra os direitos da criança e ao adolescente em sua maioria acontece por algum membro da própria família, seja ele, pai, padrasto, avô, tio ou primo, ou por pessoas que a criança ou o adolescente tenha confiança, como por exemplo, vizinho.

A violência é uma ação que uma das partes se recusa a praticar o ato, sendo empregado o uso da força física pelo agressor junto com ameaças, podendo causar traumas psicológicos assim como ferimentos físicos. A violência pode ser causada por pessoas próximas a vítima, que não conheça ou tenha pouca intimidade. Nos casos de estupro de vulnerável a vítima é sempre menor de 14 anos, podendo haver ou não consentir para o ato sexual, mas perante a lei nº 12.015 o ato não é permissivo.

2.5 REDES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM VIOLÊNCIA

As crianças e adolescentes são indivíduos que fazem partes da sociedade em que estamos inseridos, que antes socialmente tinham pouca visibilidade enquanto seres de direitos e importância nas relações sociais se tinha apenas preocupação na superficialidade, para aqueles que necessitavam de assistência, de modo caritativo, para crianças e adolescentes que eram abandonados.

Porém, a nível Brasil, a Constituição Federal de 1988, promoveu a luta da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros que trouxe consigo normas internacionais, trazendo o olhar do Estado e da Sociedade para essa parcela da população, permitindo o reconhecimento ao infante e ao Juvenil, enquanto pessoas de direitos.

Na constituição da República Federativa tem o art. 227 que retrata acerca da instauração da proteção integral, apresentando a rede de responsáveis. Já em 1990 foi redigido o art. 227 da Constituição Federativa através do Estatuto da criança e adolescente no art. 86 da lei 8069/90, e a

junção deles configura a rede de proteção social, por meio deles podemos perceber abaixo a função de cada setor.

Art.227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 86. - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os artigos citados a cima, nos mostram os responsáveis pela proteção social das crianças e adolescentes, mas se faz necessário entender, o que é a rede de proteção social, essa rede é a junção de indivíduos, instituições, que trabalham no coletivo, cada um com sua função, com o objetivo de que os direitos das crianças e adolescentes sejam viabilizados.

A rede de proteção social pode ser compreendida como uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências. Não é algo novo, mas fundamentalmente uma concepção de trabalho (LÍDIA, 2002 apud MOTTI; SANTOS, 2014, p. 4).

De acordo com Motti e Santos (2014, p. 5) “construir uma rede de proteção social não constitui tarefa simples, pois envolve muita participação, assunção de responsabilidades, divisão de tarefas e, especialmente, mudança de mentalidade”. Contudo as redes se organizam de diversas maneiras e compõe-se de Atenções Primária, Secundária e Terciária; Proteção Jurídico social; Atendimento; Mobilização e articulação; Promoção da família, devem compor de multiprofissionais e interinstitucionais, cabe a eles notificarem, realizar intervenções, prevenção diante da violação de um direito. É de extrema importância a atuação de rede, pois o usuário ele apresenta diversas demandas e cada profissional atuar na sua particularidade (MOTTI; SANTOS, 2014, p. 8).

Quando uma criança ou adolescente sofre de violência sexual, cabe à família procurar um órgão de proteção, ir à delegacia realizar um registro de ocorrência e procurar um conselho tutelar mais próximo de sua *residência*, e será realizada toda articulação de rede, pois essa criança e adolescente será acompanhada por uma equipe multiprofissional, quando ocorre do usuário estar internado em uma rede de atendimento hospitalar, cabe ao equipamento de saúde realizar a notificação ao órgão de proteção, sendo o Conselho tutelar que atua na proteção da criança e adolescente e fará todo o acompanhamento necessário.

No que se refere o município de Nova Iguaçu, onde fica localizada a unidade Materna Mariana Bulhões, o campo empírico deste trabalho, a articulação da rede socioassistencial é bastante precária, pois com o neoliberalismo cada vez mais avançado e o sistema capitalista se tem pouco investimento público em prol das políticas públicas, seja para saúde, assistência social, educação, entre outras. Outro ponto que sofre rebatimento é o quadro de profissionais que vem diminuindo o seu quantitativo, mas as demandas têm crescido gradualmente, provocando a realização de um trabalho precário e muitas vezes sem qualidade.

Na Maternidade, os casos que são atendidos de violações contra crianças e adolescentes, primeiro se têm o acolhimento do caso da violência, tanto da vítima e sua família, é realizado encaminhamento para o conselho tutelar mais próximo da abrangência da *residência da criança ou adolescente*, e também é realizada notificação via e-mail formalmente, para os agentes dos conselhos tutelares, e que eles possam acompanhar e tomar as devidas decisões fundamentais.

Contudo a redesocioassistencial é de suma importância, pois se ela estiver precária, não ocorre à articulação das redes e interfere principalmente na população usuária. Faz-se necessário sempre realizar um atendimento de qualidade que venha contribuir para a diminuição dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.6 SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE E SUA ATUAÇÃO NA REDE DE SAÚDE

Em primeiro momento, cabe ressaltar que, apresentar a atuação do Serviço Social se faz necessário reconhecer a sua trajetória histórica, para tanto, iremos apresentar a inserção do assistente social na sociedade capitalista desde a década de 1930 até os anos 2000 de forma breve, para compreendermos melhor a sua atuação na atualidade.

A partir da influência católica, ocorreu a especialização do trabalho com o Serviço Social após uma emergência e institucionalização nos anos de 1920 e 1930, decorrentes as idéias de Mary Richmond e nos próprios fundamentos do “Serviço Social de Caso” que está atrelado à técnica de serviço a doutrina social da Igreja.

A partir dos anos de 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana, sendo marcada pelo tecnicismo baseado de fonte da psicanálise, assim como, marcada pela sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Nesta época, o Serviço Social tem a sua ênfase na idéia de ajustamento e de ajuda psicossocial, ou seja, há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade com abordagens individuais e grupais com a

supervalorização da técnica e com a base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo”, e “Serviço Social de Comunidade”.

A partir dos anos de 1960 e 1970, o Serviço Social começa com um movimento de renovação na profissão, tendo a busca da reatualização do tradicionalismo profissional e de ruptura com o conservadorismo, tendo o questionamento da perspectiva técnico-burocrática.

A partir dos anos de 1980, os ventos democráticos começam a mudar, ou seja, inaugura-se um debate na ética, tendo a visão de rompimento com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico. Nos anos de 1982, no âmbito profissional, busca-se ir além dos conceitos já praticados pela profissão (tradicionalismo teórico-metodológico e ético político), tendo a superação no quesito da metodologia tripartite e a idéia de junção entre a técnica e o político.

A partir dos anos de 1986 é aprovado o Código de Ética Profissional tendo o compromisso com a classe trabalhadora, assim como, tem um avanço da ruptura com o corporativismo profissional, trazendo a percepção do valor da denúncia (tanto do profissional, quanto do usuário).

A partir dos anos de 1990, a profissão é atingida pelos efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da redução do Estado e da retração dos direitos sociais. Com isso, o Serviço Social passa a atuar no chamado terceiro setor, nos conselhos de direitos, funções de assessoria, entre outros. Na sua trajetória profissional, os profissionais de Serviço Social ressignifica o uso do instrumental técnico-operativo, tendo a criação de novos instrumentos (mediação para o alcance das finalidades, direção da competência ética, política e teórica, tendo um vínculo da defesa de valores sociocêntricos emancipatórios).

A partir dos anos 2000, entra novas disputas em torno da “questão social” e “políticas sociais”. Ocorrem as diversas formas de precarização, não somente no âmbito profissional, mas também educacional. Surgem novos desafios referente às lutas dos direitos da população usuária dos serviços prestados pelos assistentes sociais, tendo o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Esse constante acontecimento e melhorias, não somente para o profissional que vende a sua força de trabalho para o atendimento da população, mas melhoria principalmente para aqueles usuários que não sabem dos seus direitos, principalmente por falta de informação que não é divulgada pelo Governo.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”. Isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Assistentes sociais se inserem nas mais diversas áreas: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça

etc. Com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, atuam nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. (Conselho Regional de Serviço Social, CRESS/7ª Região – RJ)

É uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético-político, que foi construído pela categoria a partir das décadas de 1970 e 1980. Ele expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária. Mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. Tal projeto tem seus contornos claramente expressos na Lei 8662/93, no código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares. (Conselho Regional de Serviço Social, CRESS/7ª Região – RJ)

Pensando no Serviço Social na atualidade inserido na política de saúde é possível reconhecer mudanças da profissão após a Reforma Sanitária:

Considerando que os anos de 1990 foram o período de implantação e êxito ideológico do projeto neoliberal no país, identifica-se que, nesse contexto, os dois projetos políticos em disputa na área da saúde, passam a apresentar diferentes requisições para o Serviço Social. (BRAVO, 1998, p. 1).

Um dos projetos comentado por Bravo (1998) é o privatista e o outro de reforma sanitária. O projeto privatista requisita do assistente social a seleção socioeconômica dos usuários, a atuação psicossocial por meio de aconselhamento, assistencialismo por meio da ideologia do favor e ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde e predomínio de práticas individuais.

O projeto de reforma sanitária requisita do assistente social a democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde; acesso democrático as informações; ênfase nas abordagens grupais; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; estímulo a participação popular e trabalho interdisciplinar. Através desses dois projetos, o Serviço Social baseia-se em três eixos referentes à área da saúde:

1º é a constatação de que ainda existe na categoria segmentos de profissionais que, ao realizarem a formação em saúde pública, passam a não se considerarem como assistentes sociais, recuperando um auto apresentação de sanitaristas. (Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, p. 27)

2º tendência, na atualidade com mais vigor, é a de resgatar no exercício profissional um privilegiamento da intervenção no âmbito das tensões produzidas subjetivamente pelos sujeitos e tem sido autodenominada pelos seus executores como Serviço Social Clínico. (CFESS, 2010, p. 27)

3º percebe-se, gradativamente, o discurso da necessidade da criação de entidades ou da realização de fóruns de capacitação e debates dedicados à importância da produção do conhecimento sobre o Serviço Social nas diferentes áreas de especialização da prática médica, de forma fragmentada. (CFESS, 2010, p. 28)

É importante os profissionais de Serviço Social buscarem aprofundamentos, não somente na área da saúde, mas nas outras áreas que os profissionais também são inseridos. Esses aperfeiçoamentos são importante para o próprio profissional saber onde é seu devido lugar, ou seja,

na área da saúde onde isso mais acontece, o profissional que não sabe onde é seu lugar, pratica funções que não pertencem à profissão, como, por exemplo, avisar a família sobre óbito, fazer ligações referente à demanda Administrativa, controle de dados epidemiológicos, entre outros.

Pensar e realizar uma atuação competente e crítica na área da saúde, conforme aos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, consiste em:

- Facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito, ou seja, contido no projeto de Reforma Sanitária;
- Estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS;
- Conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença;
- Buscar a necessária atuação em equipe, tendo em vista a interdisciplinaridade da atenção em saúde;
- Estimular a intersetorialidade, tendo em vista realizar ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais;
- Tentar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas;
- Elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem como realizar investigações sobre temáticas relacionadas à saúde;
- Efetivar assessoria aos movimentos sociais e/ou aos conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos sociais contribuindo no processo de democratização das políticas sociais, ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas de saúde, visando ao aprofundamento dos direitos conquistados.

Os Assistentes Sociais, além de precisarem se auto reconhecer como profissional do Serviço Social que detém uma autonomia relativa atuando em favor da classe trabalhadora. Portanto, é necessário que o profissional de Serviço Social “Questione as perspectivas neoliberais

para a saúde e para as políticas sociais, já que este macula direitos e conquistas da população defendidos pelo projeto ético-político profissional”. (CFESS, 2010, p. 31)

As atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, são orientadas e norteadas por direitos e deveres baseados no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, tendo base para o assistente social se alto identificar e saber aonde é seu devido lugar, suas demandas, seus deveres, seus objetivos, seus usuários que vai atender naquela instituição, entre outros.

O conceito de saúde está atrelado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990 ressaltando as expressões da questão social referente a “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 1).

Qual é a prática do assistente social frente à violência sexual? É preciso estar pautada nas leis que dispõem sobre o direito da criança e adolescente referente a abusos sexuais, tendo base na Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aos profissionais de Serviço Social cabem as ações pautadas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética. O profissional, primeiramente, precisa fazer a escuta daquele usuário, no caso tanto a criança quanto o adolescente, fazendo a triagem, para a compreensão e a busca do serviço para aquele usuário. Segundo SOUZA (2013, p. 1) “É fundamental que o técnico estabeleça uma escuta ativa e sensível, aquela que, no ato do acolhimento da demanda do usuário, provoque a reflexão crítica sobre a mesma, podendo vir a ser redimensionada, ou mesmo, levantadas outras”.

O profissional a partir do momento em que acolhe tanto a criança ou adolescente e sua família para a triagem em uma suposta situação de violência é ter o sigilo profissional, tendo base no Código de Ética do Assistente Social em seu capítulo 5 que tem quatro artigos que dispõem sobre o sigilo profissional, a fim de proteger o usuário em tudo aquilo que o Assistente Social tomar conhecimento.

A atuação profissional precisa estar pautada numa dimensão multidisciplinar, ou seja, tendo a atuação interdisciplinar, trazendo assim de cada profissional a sua especificidade apreendida pela sua categoria profissional.

Modelo multidisciplinar, cujo principal traço é a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas, com o objetivo da integração de métodos, teorias ou conhecimentos. (...) a comunicação entre os profissionais baseia-se no dialogo paralelo entre as disciplinas (GARCIA, 2002, p. 148)

Modelo interdisciplinar caracteriza-se pela noção de co-propriedade, de intercâmbio, podendo-se atingir o grau de incorporação dos resultados de uma especialidade por outras, com empréstimos mútuos de instrumentos e técnicas metodológicas com integração real das disciplinas (GARCIA, 2002, p. 149)

O Assistente Social vai ser a ligação crucial para o caso, trazendo assim para o nosso projeto de pesquisa que é em uma Maternidade, damos o exemplo, de que por lei uma jovem menor de idade ter relação sexual com uma pessoa já na sua fase adulta é considerado estupro, mesmo com o consentimento daquela jovem, por isso a importância das redes, e também do acompanhamento do Conselho Tutelar que irá acolher a usuária e sua família.

O Assistente Social tem ao seu favor a instrumentalização da denúncia do Estudo Social. Tendo base em Fávero (2004) e Miotto (2009), “o estudo social tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da Questão Social, objeto de intervenção profissional especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais, ou seja, são advindos de um processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada demanda”.

Para que a intervenção profissional nos casos de abuso sexual tenha mais eficácia e efetividade, a ação precisa estar pautada no projeto ético-político da categoria, assim como estar referenciada no Código de Ética Profissional e no Código de Regulamentação da Profissão (MEDEIROS, 2001, p. 109)

A postura do profissional de Serviço Social é fundamental para o atendimento, principalmente no momento de triagem, já que o profissional precisa estar atento aos mínimos detalhes quando se refere ao usuário atendido naquele momento, tendo a sua postura como fonte primordial para o andamento do compartilhamento de informações entre o profissional e o usuário atendido, entretanto, o profissional precisa estar atrelado com as suas funções que assistente social que não cabem ter "postura autoritária e investigativa".

2.7 CAMPO EMPÍRICO: UM OLHAR ACERCA DA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES

A Maternidade Municipal Mariana Bulhões localizada no município de Nova Iguaçu, foi escolhida pelos autores desta pesquisa como campo empírico para se realizar o estudo acerca da temática Violência Sexual na Política de Saúde na perspectiva das três Assistentes Sociais que atuam na unidade. Contudo se faz necessário apresentar a inserção do Serviço Social no campo e também como acontece o exercício profissional das Assistentes Sociais.

A Assistente Social Tatiane Dutra Martins nos disponibilizou o documento do Plano de Estágio Curricular em Serviço Social, que traz consigo como que se deu a inserção. A inserção do

Serviço Social aconteceu desde o tempo em que a Maternidade era vinculada ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, diante disso, pode-se dizer que a Instituição Mariana Bulhões tem o Serviço Social desde sua inauguração. Atualmente o quadro de Assistentes Sociais é composto por apenas três profissionais com jornada de trabalho de 12 horas diárias (plantonista) no período vespertino.

O Serviço Social da Maternidade Mariana Bulhões trabalha com uma concepção ampliada da saúde, entendendo-a como sendo condicionada por fatores biopsicossociais, dentre eles: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, bem como o acesso aos bens e serviços essenciais (LEI 8.080/1990 – Art. 3º). Isto é, busca compreender o usuário na sua totalidade, fundamentado na identificação dos determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades sociais.

Assim, o Assistente Social nesta Unidade realizam atividades voltadas para a mediação dos direitos dos usuários, familiares e acompanhantes assegurados na Constituição Federal de 1988 e nas legislações complementares, tais como: visitas nas enfermarias aos pacientes internados (busca ativa, orientações individuais e coletivas com ênfase ao acesso democrático as informações); contatos e intervenções com familiares e acompanhantes; Encaminhamentos à rede socioassistencial (CRAS, CREAS, CAPS, Ministério Público, Conselho Tutelar, Planejamento familiar e outros); Visitas institucionais (conhecer e mobilizar a rede de serviços ofertada); Projeto – Reunião multiprofissional com às famílias dos recém-nascidos internados no setor de neonatologia as quartas feiras, reunião com acompanhantes as segundas feiras e quinta feira, entre outras atividades que visem o enfrentamento às expressões da Questão Social evidenciadas no cotidiano da maternidade.

Igualmente, a ação do Serviço Social aponta substancialmente para o fortalecimento do projeto ético-político profissional e do projeto de Reforma Sanitária. De acordo com a Assistente Social Tatiane Dutra Martins o Serviço Social se insere no campo de estágio em meados do ano de 2016, com convênio a Universidade do Grande Rio, articulado com a coordenação de estágio da Universidade, e as atribuições dos estagiários são de acordo com cada fase que ele se encontra no campo acadêmico.

O Processos de Supervisão de Campo acontece com Periodicidade de 12 horas semanais, com o mínimo de 120 horas de cargas horárias ao longo de cada período cursado. Metodologia na condução da Supervisão Observação e participação perante as diferentes expressões da questão social identificadas na realidade social da população usuária da maternidade e a ação do Serviço Social, relacionando-a com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, competências (conhecimentos) e Habilidades a serem adquiridas pelo Estagiário ao final do estágio

supervisionado, o acadêmico tem a capacidade de observar, analisar e sistematizar as distintas manifestações da expressão das questões sociais desveladas no cotidiano intra-hospitalar. Procedimentos e processo de Avaliação.

Avaliação diária quanto ao desempenho na aplicação prática de todas as ações previstas neste semestre de estágio supervisionado, além de avaliação dos aspectos relacionados à proatividade, assiduidade, criatividade, dinamismo e capacidade de atuação em equipe.

CAPITULO III– A PESQUISA DE CAMPO

3.1 METODOLOGIA

Na metodologia é feita uma descrição detalhada e rigorosa sobre o objeto de estudo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) e nas técnicas que estão sendo utilizadas. Segundo Minayo (2001) existem os principais elementos de metodologia, que são:

- a) Definição da amostragem. A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.
- b) Coleta de dados. Devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo.
- c) Organização e análise de dados. Devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possíveis para a análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados.

Como visto na citação acima a pesquisa qualitativa não necessita de dados numéricos, pois a mesma trabalha com questões peculiares, de cada entrevistado, já a coleta de dados é o meio utilizado para captar os dados necessários, podendo ser pela entrevista, formulários entre outros, tendo também a organização e análise de dados que é a parte a qual descreve com clareza como os dados serão organizados e analisados.

3.2 MÉTODO

Para construir esta pesquisa utilizamos o método da teoria social crítica de Marx, pois o mesmo nos possibilita um estudo e uma compressão crítica e de totalidade sobre o objeto de pesquisa pelo fato de estarmos trabalhando esse problema de pesquisa em uma perspectiva de materialidade, dialética e historicidade. Segundo Netto (2009, p. 7 e 8):

A teoria não se reduz ao exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta- a base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito- de seu desenvolvimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista [...] A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa [...] Assim a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador- é o real reproduzido e interpretado no plano do ideal (do pensamento).

Como na citação acima o método em Marx busca a interpretação do movimento real sendo transportada a mente do pesquisador que pesquisa e investiga o objeto na sua realidade, sem colocar no objeto a sua própria vontade, pensamento e sentimentos. Trata de compreender o movimento real no próprio objeto.

3.3 TIPO DE PESQUISA: EXPLORATÓRIA/BIBLIOGRÁFICA

Este tipo de pesquisa é muito utilizado quando irá ocorrer um levantamento de caso, onde haverá uma revisão de literatura, podendo haver diversos conteúdos de autores diferentes, onde no final haverá um resumo para falar do tema da pesquisa, como diz Minayo (2001, p.32), compreende várias fases da construção de uma trajetória de investigação:

- a) escolha do tópico de investigação;
- b) a delimitação do problema;
- c) a definição do objeto e dos objetivos;
- d) a construção do marco teórico conceitual;
- e) a escolha dos instrumentos de coleta de dados;
- f) a exploração de campo;

Utilizamos a pesquisa exploratória em todos os momentos do trabalho desde o momento em que escolhemos o caso a ser pesquisado, no montar da bibliografia, aonde nos pautamos em autores de metodologia, quando formos fazer as entrevistas as assistentes sociais, ou levantar dados no campo empírico. A pesquisa documental se baseia em documentos e por meio destes que se pode ter dimensão do tempo, compreender o social, observar a evolução de indivíduos, grupos, dentre outros.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sócio cultural. (MINAYO, 2001, p.2)

Já nesta pesquisa, iremos utilizar as fichas de atendimento, onde nestas contem: a data do primeiro atendimento, o relato da usuária, o que foi feito enquanto a mesma estava dentro do equipamento e para quais programas ou equipamentos ela foi indicada. Esta pesquisa ocorrera com as fichas a partir de 2017.1 até o presente momento. Já a pesquisa quantitativa é realizada para compreender o raciocínio lógico, onde a busca por dados é realizada através de questionários de múltipla escolha, entrevistas individuais. As informações tidas nessa pesquisa vêm em formato de números ou se não de dados, mas que podem ser transformados em números como diz Minayo (2001, p. 22):

A principal influência do Positivismo nas ciências sociais foi a utilização dos termos de tipo matemático para a compreensão da realidade. Sua consequência é a apropriação da linguagem de variáveis para especificar atributos e qualidades do objeto de investigação

Em nosso campo empírico utilizamos esta pesquisa para adquirir uma porcentagem de quantos casos de estupro de vulnerável aconteceram do ano de 2017.1 até o presente momento. A pesquisa qualitativa trabalha com dados que não podem ser medidos numericamente, pois esta responde a questões particulares, sendo assim, os dados obtidos neste tipo de pesquisa não podem ser somados para obter algum resultado, pois o foco desta pesquisa é conseguir compreender os comportamentos de determinados grupos ou indivíduos, como diz Minayo (2001, p. 21 e 22):

Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzido á operacionalização de variáveis. Essa corrente teórica, como o próprio nome indica, coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, como na Fenomenologia, na Etnometodologia, no Interacionismo Simbólico, o significado é o conceito central de investigação.

Em nosso trabalho de conclusão de curso a pesquisa qualitativa será feita a partir da visão da equipe de serviço social, onde entrevistaremos as assistentes sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, onde as mesmas poderão nos descrever como é feita a atuação com as menores que sofrem estupro de vulnerável, se existe algo em comum com os casos, se ao sair da maternidade essas usuárias terão acompanhamento e se sim, qual e como.

3.4 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo dessa pesquisa será composto por 3 (três) assistentes sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no município de Nova Iguaçu. Além disso, iremos traçar o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes que sofreram estupro de vulnerável, tendo como recorte temporal o ano de 2017 e 2018 até o mês de junho, o que corresponde a 8 (oito) casos.

3.5 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO

A aproximação com o campo empírico da pesquisa se deu por meio das experiências de estágio em Serviço Social vivenciadas nessa localidade, que também possibilitou um pouco mais de facilidade para a realização deste trabalho. Foi solicitado por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) por duas autoras a realização da pesquisa, através das três assistentes sociais que atuam na unidade, a coleta de dados que costão no projeto utilizamos os prontuários sociais e entrevistas, para a análise das informações do local.

Serão os prontuários sociais que são abertos para o acompanhamento dos usuários durante seu tempo de internação na unidade, preenchidos com informações pessoais deles e que contém o parecer social do assistente social; evolução social do caso. E nos trará informações acerca do perfil sócio – econômico das crianças e adolescentes que sofreram o estupro de vulnerável.

O prontuário Social tem a sua extrema importância no atendimento do Serviço Social, pois ele é um instrumento técnico da categoria, que organiza as informações coletadas pelos assistentes sociais, e contribui no processo da continuação da intervenção do trabalho, pois todos os profissionais que são da categoria, terão acesso a ele.

A entrevista uma técnica comunicativa que pode conter uma ou mais pessoas. Possui particularmente uma estrutura organizada através da formulação de perguntas e respostas orais. Ela consiste em: não-estruturada, estruturada.

A não-estruturada:

Corresponde ao modelo mais flexível de entrevista, caracterizando-se pela liberdade que o entrevistador tem para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada.

Geralmente, nesse tipo de entrevista, as perguntas são abertas e são respondidas no âmbito de uma conversação.

Apresenta três modalidades:

- Por Pautas: o entrevistador se guia por uma relação de pontos de interesse (pauta), que vai explorando no decorrer da entrevista; tem a liberdade explorá-los fazendo as perguntas que julgar necessárias, na ordem e profundidade que quiser. É utilizada quando os pesquisados não se sentem à vontade para responder a perguntas formuladas com maior rigidez.
- Focalizada: há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar, e o entrevistado fala livremente à medida que se refere a eles. Ao entrevistador cabe conduzir a entrevista não deixando que o entrevistado se desvie do assunto.
- Não dirigida: o entrevistado fala livremente a respeito do tema, expressando suas opiniões e sentimentos; o entrevistador tem a função de incentivar a entrevista, levando o informante a falar sobre o assunto, sem, entretanto, lhe fazer perguntas. Esse tipo de entrevista é o menos estruturado possível, sendo utilizado nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador.

Nesse tipo de entrevista, o entrevistador segue um roteiro de perguntas previamente estabelecido, que não deve ser alterado ou adaptado.

Como no questionário, a entrevista estruturada poderá conter perguntas abertas e fechadas.

Nesta pesquisa a entrevista que foi realizada a não-estruturada pois ela nos permitiu uma reflexão maior acerca do tema com as Assistentes Sociais da Maternidade Mariana Bulhões, que nos possibilitou informações sobre a atuação do serviço social acerca da temática, e quais os fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção delas.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é o documento utilizado quando é realizado pesquisa com seres humanos, com consentimento livre e esclarecido do participante e de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações precisas, contendo uma linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar. Para a realização desta pesquisa utilizamos este documento, com o intuito de poder ter acesso e utilizar de informações, dados e documentos do campo empírico, com o consentimento do local, garantindo todo o sigilo necessário. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatório:

a) justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável;

b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa;

c) esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa;

d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa;

f) garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes;

h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

Compreendemos a importância de analisar os fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no Município de Nova Iguaçu, através de análises de dados entre os anos de 2017 e 2018.

Compreendemos a importância do entendimento das Assistentes Sociais entrevistadas no campo empírico e seu conhecimento em cima da proposta central do projeto monográfico em cima da violência; identificar os fatores que levam essas crianças e adolescentes a sofrerem o estupro de vulnerável dentro de nossa sociedade brasileira; qual a intervenção das Assistentes Sociais em cima dos casos e como ocorre essa articulação com a rede de serviços do município de Nova Iguaçu.

3.6.1 EIXO 1 – O CONCEITO DE VIOLÊNCIA PARA AS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES

Entende-se por violência toda ação agressiva que é feita de forma intencional a qual utiliza força física causando dor, trauma físico ou emocional chegando a alguns casos a morte da vítima. Segundo Minayo e Souza (1998, p. 514) a violência se caracteriza:

[...] a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata e uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

De acordo com a citação a cima nota-se que para a autora a violência é provocada não somente por pessoas, mas também por grupos, classes e até mesmo nações e que não existe apenas um tipo de violência, mas é são constituídas no plural, e estas podem causar traumas, dores entre outros fatores as suas vítimas.

Conforme os entrevistados afirmam:

A violência é tudo que causa dolo, já o estupro de vulnerável é o ato permissivo ou não, mas que não é aceitável por lei. (Entrevistada 1)

Contudo conseguimos entender com base na entrevistada 1, que a violência é um ato que causa prejuízo a uma pessoa e que o estupro de vulnerável embora aja o consentimento esse ato ainda se configura como um crime.

Entendo por violência qualquer ato que cause algum trauma e dor seja de ordem física, sexual, psicológica e patrimonial e estupro de vulnerável, é qualquer ação libidinosa com menores de 14 anos, tipificado no Código Penal Brasileiro. Assim como, qualquer destas ações supracitadas com pessoas consideradas incapazes, por exemplo, pessoas com deficiência de ordem mental. (Entrevistada 2)

Referente à entrevistada 2 nota-se que a violência é uma ação que causa danos irreparáveis

a vítima, podendo este ser físico ou de ordem mental, já o estupro de vulnerável são atos como: beijo na boca, contato com órgão genital masculino, anus, seios ou copula vaginal onde uma das partes tenha menos que 14 anos ou não esteja em perfeito estado de suas faculdades mentais, como por exemplo: pessoas que estão em efeito de anestesia, desacordada ou sofre com deficiência mental.

A violência é uma ação forçada com ameaças, já o estupro de vulnerável é a pratica com permissão (casos de namoro) ou não da vítima. (Entrevistada 3)

Por fim a entrevistada 3 entende por violência ações que não tem o consentimento por uma das partes podendo ter ou não ações, gestos ou palavras que aterrorize a vítima, esta entende como estupro de vulnerável uma ação que pode ser permissiva pela criança/adolescente como em casos onde um menor de 14 anos namore e consiste com o ato sexual ou não, podendo em outros casos ter resistência da vítima para com o ato sexual.

Nas entrevistas realizadas no campo empírico sobre o conceito de violência, podemos compreender com maior clareza que os profissionais do Serviço Social entendem que violência se configura uma ação forçada que causa dor, deixam traumas, como afirmou a entrevistada 2 que existem alguns tipos de violências tais como: “física, sexual, psicológica e patrimonial”. No caso da violência sexual contra criança e adolescente é visto como estupro de vulnerável, onde pode ter ou não o consentimento da vítima, porém, devido a idade da mesma o suposto abusador responde juridicamente, de acordo com a lei 12.015.

Nota-se que para as assistentes sociais, o estupro de vulnerável é uma ação de violência, mas em alguns casos crianças e adolescentes afirmam ter consentido, o que não anula o ato criminoso, pois juridicamente as vítimas com idade menor que 14 anos não tem condições de fazer as suas escolhas. Logo, durante os atendimentos mesmo tendo falas semelhantes por parte da vítima o assistente social configura esse ato como violência e realiza a denúncia de imediato.

3.6.2 EIXO 2 – OS FATORES QUE LEVAM AS CRIANÇAS/ADOLESCENTES A SOFREREM O ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA CONCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES.

Entre as múltiplas expressões da “questão social”, se encontra também o estupro de vulnerável, tendo relação intrínseca com a ordem social que vivemos, a mesma violência se manifesta como uma fetichização das relações sociais, provocada pela mercantilização da vida social, a mercadoria sendo mediadora da existência social, tendo uma classe social proprietária de toda mercadoria produzida e a outra só tendo uma única, que é a força de trabalho. Essa dinâmica tem provocado em nossa sociedade a mercadorização do indivíduo.

Esta violência está relacionada ao pensamento e sentimento de posse, de poder de um indivíduo sobre o outro, tirando-lhe qualquer vontade própria, poder de decidir, torna o outro uma propriedade privada sem poder de escolher o melhor para si, se sobrepondo o desejo daquele que se acha dono do outro.

Como supracitado, as expressões da “questão social” são múltiplas, podendo se manifestar das mais diversas formas e vividas simultaneamente. Iamamoto (2015, p. 59) em uma das suas obras vai destacar que sobre o conceito de “questão social”:

Importa deixar claro que a questão social não é aqui focada exclusivamente como desigualdade social entre pobres e ricos, muito menos como “situação social problema”, tal como historicamente foi encarada no Serviço Social, reduzida a dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social.

Sendo realizadas as entrevistas no campo empírico, foi pedido para as Assistentes sociais identificar os fatores que levam crianças e adolescentes a sofrerem o estupro de vulnerável. Segue abaixo as respostas:

A vulnerabilidade familiar, social que permeia a criança e ao adolescente. (Entrevistada 1)

Ausência de Políticas Públicas eficazes voltadas para a proteção à infância e juventude, cultura da naturalização do ato sexual com crianças/adolescentes, principalmente em famílias das periferias e negras, tabu do ato sexual com crianças do sexo masculino, mercantilizarão do corpo da criança em famílias em situação de vulnerabilidade social principalmente por fatores socioeconômico e entre outros. (Entrevistada 2)

Fatores socioeconômicos e famílias em vulnerabilidade social. (Entrevistada 3)

Contudo, as entrevistas em suas falas não relacionam os fatores que levam a ocorrer o estupro de vulnerável como refrações da “questão social”, ou seja, os fatores que levam as crianças e adolescentes a sofrerem a violência sexual na concepção dessas profissionais pode não estar relacionada à acumulação capitalista e a mercantilização da vida na sociedade contemporânea, logo, isso pode provocar em uma concepção fragmentada da violência sofrida por crianças e adolescentes que é proveniente da sociedade capitalista que transforma o ser humano em mercadoria e as relações sociais ocorrem de forma desigual e autoritária.

O estupro de vulnerável tem relação ao sentimento de posse do corpo alheio, como uma propriedade, levando o ato violento ser naturalizado, pela condição de pauperismo, preconceitos, ausência de políticas públicas, que são identificados, pelas entrevistadas, como fatores socioeconômicos. Porém se esta violência não for compreendida como uma das refrações da

“questão social”, seu entendimento poderá ser superficial, ancorando na aparência e não alcançando sua essência, não apreendendo a razão que a cria e reproduz a mesma nas relações sociais, não conseguindo criar estratégias para o seu enfrentamento que seja eficaz, podendo até ocasionar a naturalização da violência e posicionamentos preconceituosos pelas próprias assistentes sociais.

Observamos também que outros fatores que levam ao estupro de vulnerável são o Machismo e a Cultura do Estupro. Ambas sendo refrações da “questão social” que cria ideais de superioridade de um sexo sobre o outro, e uma cultura que seja permissiva a violências sexuais.

3.6.3 EIXO 3 – O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES DIANTE DOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O estupro faz parte do conceito de violência sexual, sendo assim, é “qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejada, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando repressão, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima, qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho” (Nações Unidas no Brasil, 2018).

Através do campo empírico (Maternidade Mariana Bulhões), percebemos que a questão do estupro de vulnerável está vinculado a desigualdade de gênero, ou seja, dos papéis sociais (masculino x feminino) incorporados na sociedade, sendo implementado na cultura que o homem é o dominador, e conseqüentemente, não aceitam “serem rebaixados pelo sexo oposto” e a mulher deve ser dominada. A violência não acontece somente com pessoas na fase adulta, mas com menores de idade, no caso do nosso projeto de pesquisa, crianças e adolescentes.

A prática do assistente social em frente à violência sexual deve ser pautada nas leis que corresponde àquele menor referente aos supostos abusos sofridos, já que aquele profissional precisa primeiro ter uma escuta qualificada passada pela triagem antes de tirar qualquer conclusão precipitada, já que quando é em caso de abuso confirmado é preciso acionar a rede de serviço, como o conselho tutelar, assim como dos próprios profissionais da área da saúde em relação ao cuidado com aquele usuário.

Conforme os entrevistados afirmam:

É realizada a escuta e a declaração do SINAN (Sistema de Informação de Agravantes de Notificações) e é feito o encaminhamento aos órgãos competentes. (Entrevistada 1)

Partindo da afirmativa que o Assistente Social trabalha no acesso da garantia de direitos dos usuários, no âmbito da saúde, em especial da Maternidade Mariana Bulhões, todos os

casos de criança e/ou adolescente abaixo de 14 anos, que por ventura sejam atendidos nesta instituição, internados ou não, por motivo de gestação, aborto e atendimento emergencial após o trauma sofrido, são atendidos pelo Serviço Social através de entrevista e escuta ativa e notificado aos órgãos de proteção à infância através de Relatório Social, preenchimento do SINAN (Sistema de Informações de Agravantes de Notificações) – normalmente preenchido pelo setor de vigilância sanitária após condutas descritas em prontuário do paciente – e encaminhamento para rede socioassistencial (CREAS - violação de direitos) para acompanhamento integral da família. (Entrevistada 2)

Nestes casos o que se faz é procurar a família da criança ou do adolescente e conversar com eles, assim entendendo a história de cada um. Depois de feita a escuta, acionamos o Conselho Tutelar para fazer um acompanhamento à família. (Entrevistada 3)

O assistente social precisa ter referência na Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo primordial na hora do atendimento a um possível caso de abuso, sendo também na hora diferenciado o abuso sexual x violência sexual x estupro de vulnerável. Todo ato de violência é caracterizado de violência sexual, assim como, o abuso sexual é a própria violência sexual, sendo trocado o termo de “violência” para “abuso” que conseqüentemente a pessoa recebeu um abuso sexual indesejado e não consentido, dando os dois exemplos à mesma referência.

A postura do profissional é fundamental para o atendimento, além de que o Assistente Social no momento da triagem tiver uma postura autoritária, investigativa sobre o usuário, não deixando-o falar, além de não desenvolver a entrevista naquele momento, irá estar fazendo-o naquele momento sofrer outra violência por parte do profissional. O profissional precisa estar atento aos mínimos detalhes e ao silêncio do usuário naquele momento de processo de atendimento. (Serviço Social na atualidade e sua atuação na rede de saúde, p. 50).

Nota-se após todas as entrevistas realizadas que o procedimento realizado em um primeiro momento é fazer a triagem dentro da instituição, tendo uma escuta de qualidade referente à suposta vítima naquele momento e realizar o acolhimento não somente dela, mas também de toda a sua família (que muitas das vezes não sabe do que se trata, e muito menos o que significa estupro de vulnerável), logo após é preenchida a ficha do SINAN (Sistema de Informações de Agravantes de Notificações) e o Conselho Tutelar é acionado em seguida para que o mesmo possa fazer o acompanhamento necessário à família e a vítima.

3.6.4 EIXO 4 – COMO OCORRE A ARTICULAÇÃO COM A REDE DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, NOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL COM A CRIANÇA E ADOLESCENTES NA CONCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA MATERNIDADE MARIANA BULHÕES.

A atuação das assistentes sociais está relacionada com a garantia de direitos das crianças e adolescentes que sofrem estupro de vulnerável e nesse processo para que não seja violado o direitos deles se faz necessário a articulação com a rede socioassistencial, pois o profissional do Serviço

Social realiza encaminhamentos para outros setores, para que o usuário seja acompanhado pelos setores necessários de acordo com a demanda e isto se dá através da articulação das redes socioassistencial para que o direito das crianças e adolescentes sejam garantidos.

A Norma Operacional Básica (NOB/2005, p.20), do Sistema Único da Assistência Social, apresenta o conceito da Rede Socioassistencial como: um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

Para que a rede socioassistencial ocorra é de grande importância que elas estejam bem interligadas e que os profissionais que atuam nelas entendam o seu espaço profissional, para além dos investimentos públicos, para que a promoção dos direitos seja viabilizada.

Durante a entrevista com as Assistentes Sociais, da Maternidade Mariana Bulhões, as indagamos sobre a articulação com a rede de serviço do município de Nova Iguaçu nos casos de estupro de vulnerável com crianças e adolescentes. Segue abaixo as respostas delas:

A articulação é feita a partir da comunicação que é realizada via documentos (relatórios, notificações, ficha do SINAN). (entrevistada 1)

Hoje penso que há uma enorme fragilidade na articulação da rede socioassistencial do município de Nova Iguaçu, e amplo para os demais municípios da Baixada Fluminense, tendo em vista as deficiências estruturais e humanas no atendimento a essas demandas. Grande parte das notificações e encaminhamentos não se há retorno se foi realizado a continuidade do atendimento. Assim como, muitos dos agentes dos Conselhos Tutelares também atuam baseados no senso comum, reforçando a lógica da naturalização da violência. De modo geral, concluo que não há articulação de rede, que afeta diretamente a população usuário. (entrevistada 2)

A articulação é feita através do Conselho tutelar, e depois enviar o relatório, formal acerca do caso via e-mail, quando a usuária se encontra internada na unidade materna de saúde, e quando vem de fora da unidade, deve ser primeiro ir à delegacia realizar o registro de ocorrência e logo após ligar para o Conselho tutelar do bairro da criança e do adolescente. (entrevistada 3)

As assistentes Sociais apresentaram nas suas falas anteriormente como ocorre à articulação das redes socioassistencial, porém como foi dito pela entrevistada 2 essa articulação é precária no município de Nova Iguaçu e a mesma relata também a nível Baixada Fluminense em outros municípios, porém diante do sistema neoliberal temos cada vez mais o desmantelamento das políticas públicas e a diminuição da intervenção pública do Estado e com isto temos a falta de investimentos financeiros, precarização dos espaços de trabalho.

Esse cenário interfere no agravamento das expressões das questões sociais, pois com a falha do funcionamento das redes socioassistencial os direitos são violados e em alguns casos quando

acessados não ocorre em sua totalidade. Porém mesmo com os dismantelamentos, se faz ter profissionais propositivos, interligados profissionalmente, que superem os limites impostos, para que seja realizada com mais eficácia os direitos das crianças e adolescentes em situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho monográfico apresentou como horizonte a reflexão sobre todo debate que envolve a temática do estupro de vulnerável, crianças e adolescentes menores de quatorze anos. O referente trabalho monográfico nos permitiu entender que na análise dos fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no Município de Nova Iguaçu, que as razões pode ser compreendida na qualidade de uma questão pluricultural, pois perpassa por fundamentos sociais, econômicos culturais, dentre outros.

Porém, nos elementos sociais, podemos destacar a questão da vulnerabilidade familiar social, que permeiam as expressões das questões sociais, é com certeza um dos fatores que contribui para tal violação de direito. E somente com um Estado que de fato entendesse as demandas da classe trabalhadora, e os impactos causados pelo sistema capitalista, e que cumprisse o seu papel seguindo as legislações existentes, e a sociedade entendendo em um todo a importância de não julgar as mulheres como um objeto. Com um processo de desconstrução da sociedade e articulação do Estado, teríamos menos rebatimentos acerca do estupro de vulnerável.

Identificamos na questão cultural, o fator da figura da mulher na sociedade que estamos incorporando, que para além dos inúmeros avanços da configuração feminina enquanto um ser que requer respeito, compreendemos que se faz necessário equipararmos de maneira igualitária a figura da mulher diante das relações sociais, para a erradicação das violências acerca do estupro de vulnerável que ocorre principalmente com o gênero feminino.

Da mesma maneira, é de extrema importância uma maior atuação da articulação das redes socioassistencial, pois para a garantia de direitos se necessita de um sistema entrelaçado de forma integral e especializada, composto de atores internos em todos os segmentos para a viabilização dos direitos. Percebemos, ainda que se trata de um tabu que precisa ser enfrentado e superado através de novas reflexões e ações que venham de fato pensar no combate da violência sexual contra criança e adolescente em sua totalidade.

Compreendemos que para além de ter apenas um melhor posicionamento do Estado e das redes socioassistenciais diante do teor deste trabalho, para diminuir o quantitativo de casos acerca do estupro de vulnerável se faz necessário ser seguido o Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz consigo a responsabilidade da comunidade, da família e do setor público ,para estar atuando diante dos enfrentamentos e complexidade acerca do estupro de vulnerável, para promoção da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. É de extrema importância que ocorra

fortalecimento das redes de assistência, para que se tenha atenção familiar, acesso a informações, educação, para atingir e erradicar a vulnerabilidade que atinge a população infantil e juvenil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **O OLHAR DA JUSTIÇA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA A CRIANÇA**. Acessado em 03 Novembro de 2018. Link: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/41.pdf>

BRASIL. **Estatuto da criança e adolescentes, Lei 8.0069/90**. Acessado em: 03 de Novembro de 2018. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

_____. Secretaria de Direitos Humanos: **Campanha de Prevenção á violência Sexual contra crianças e adolescentes – Cartinha Educação**. 2018. Acessado em 03 de Novembro de 2018. Link: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf

_____. **LEI Nº12.015 / 7de Agosto 2009**. Acessado em 03 de Novembro de 2018. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm

_____. **LEI Nº 11340 / 7 de Agosto de 2006**. Acessado em: 02 de Julho de 2018. Link: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10868890/artigo-5-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006>

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Acessado em: 03 de Novembro de 2018. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

COGGIOLA, Osvaldo. Análises concretas de lutas de classes. In: **Netto, José Paulo (Org.). CURSO livre Marx – Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Políticas de Saúde**. BRASILIA – 2010

CAMARGO, O. **Violência no Brasil, outro olhar**. Brasil escola. abr. 2016. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 16., 2016, Paraná. Anais... Paraná: UFPR, 2014. p. 149-170.

CUNHA, CAROLINA. **Gênero e identidade: Muito além da questão homem-mulher**. Acessado em 03 de Novembro de 2018. Link: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/genero-e-identidade-muito-alem-da-questao-homem-mulher.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09 de outubro de 2018.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

DAHLBERG, I. Linda e KRUG, G. Etienne. **Violência: um problema global de saúde pública**. Acesso em: 02 de Julho de 2018. Link: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>

Del Priori, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41º ed. São Paulo: Cortez, 2014

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. - 9º ed. – São Paulo: Cortez, 2015

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 26º ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

LETICIA, Massula - **A violência e o acesso das mulheres à justiça: O caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho**.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum novarum**, 1891. Acessado em: 02 de Julho de 2018. Link: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/index.html>

LEIAMAIS, BA. **Conheça os 4 tipos de abusos Sexual**. Acessado em: 02 de Julho de 2018. Link: <https://leiamais.ba/2012/11/26/conheca-os-4-tipos-de-abuso-sexual>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Pg. 21,22,23.

_____. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
CAPÍTULO II A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA. PG 32.

_____. SOUZA, E.R. **Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. 1997 - 1998

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. – 16º ed – São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTI, A. J. Â.; SANTOS, J. V. dos. **Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades**. Acessado em 03 de Novembro de 2018. Link: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. – [4. reimpr] – São Paulo: Boitempo, 2010.

MATERNIDADE MARIANA BULHÕES. **PLANO DE ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇOSOCIAL**. NOVA IGUAÇU, 2018

MOTTI, Antônio José Ângela. SANTOS, Joselino Vieira dos. **REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES**. Acessado em 03 de Novembro de 2018. Link:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_prtecaao_social.pdf.

MEDEIROS, Michelle dos Santos. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social**. Acesso do em 03 de Novembro de 2001. Link: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26877/26877.PDFXXvmi=SBAO84vvRAFU2n4JERicxuMhxmgcuknoVZd44KBVkgQmEU7jNpvLVj3UHK7cFuBCuPHzAiuUAmifiqz6R6RNqUI8gPkVIWzQNgpnzVjaiCpC40IV7AJxvrGNi2KE0jvNAWbaSukc8LOcMx9T9SsGI9tEceiczP09MckFIGSRsI5fgeap7D6tMB80Qrcphdz4qTK9AE13m6jElt5t7cxUN7UEz84RmEWNxIx9m0dK6xos3tWbGU6u229CbetxSrmr>.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 50. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós -64**. – 17º ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. – 8º ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais, 2009.

PEDERSEM, Jaina Raqueli. **Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: Expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social**.

RAGO, LUZIA MARGARETH. **Guerra destruiu figura do "homem herói" e consagrou mulher no trabalho**. Acesso em 03 de Novembro de 2018. Link: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2015/05/08/guerra-destruiu-figura-do-homem-heroi-e-consagrou-mulher-no-trabalho.htm>.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **"Questão social": particularidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 - (Coleção biblioteca básica de serviço social; v, 6)

SCOBERNATTI, Gisele. **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: Teoria e Prática - Uma Abordagem Interdisciplinar**. 2005

Sá-Silva Jackson Ronie. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Pg 2.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. Almenda Suely Souza de. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Reinwinter, 1995.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da, et al. **A MULHER E SUA POSIÇÃO NA SOCIEDADE - DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS**. 2005. Acesso em: 30 de junho de 2018. Link:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v8n2/v8n2a06.pdf>

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, 2015. Acessado em: 30 de Junho de 2018. Link: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

APÊNDICE A:
ROTEIRO DE ENTREVISTA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que você entende por violência?
2. No seu entendimento quais são os fatores que levam as crianças e adolescentes a sofrerem estupro de vulnerável?
3. Como é feita a intervenção do serviço social nos casos de estupro de vulnerável?
4. Como se dá a articulação com a rede de serviços do município de Nova Iguaçu, nos casos de estupro de vulnerável?

MODELO TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Violência Sexual na Política de Saúde. Você foi selecionado: por integrar a equipe de Serviço Social da Maternidade Mariana Bulhões e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos deste estudo são: Analisar os fatores que provocam o estupro de vulnerável a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões, localizada no Município de Nova Iguaçu; Traçar o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes que apresentam a situação de Estupro de Vulnerável e foram atendidas na Maternidade Mariana Bulhões do ano de 2017 e 2018; Compreender o conceito de violência para as Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões; Identificar os fatores que levam as crianças/adolescentes a sofrerem o estupro de vulnerável na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões; Conhecer o processo de intervenção profissional das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões diante dos casos de estupro de vulnerável a crianças e adolescentes; Apreender como ocorre a articulação com a rede de serviços do município de Nova Iguaçu, nos casos de estupro de vulnerável com a crianças e adolescentes na concepção das Assistentes Sociais que atuam na Maternidade Mariana Bulhões

Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista com os pesquisadores. Os riscos relacionados com sua participação são das informações adquiridas serem expostas para além desta pesquisa. Os benefícios relacionados com a sua participação são fomentar a discussão sobre o tema, informar maiores dados a respeito do mesmo. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação não identificando por nome ou por qualquer forma que possa identificar o entrevistado.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a),

podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis: Orientador: Prof^a Erica Silva de Oliveira; Pesquisadores: Amanda Vitória Reis Miranda dos Anjos e Souza; Maria Alice Camargo da Silva; Amanda Barbosa Lemos e Marlon da Silva Rezende no e-mail mirandaamanda07@gmail.com ou no telefone (21) 979718928.

Pesquisador Responsável: Erica Silva de Oliveira

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21) 2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20__.

Sujeito da pesquisa

Pai / Mãe ou Responsável Legal